

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

GENTIL CÂNDIDO DA SILVA

**MATER ET FILIA:
ORIGEM E BATISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

**Alfenas/MG
2016**

GENTIL CÂNDIDO DA SILVA

MATER ET FILIA: ORIGEM E BATISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Ibérica – Mestrado Profissional - pelo Instituto de Ciência e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Religião.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan.

**Alfenas/MG
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Silva, Gentil Cândido da.
Mater et filia: origem e batismo da língua portuguesa / Gentil
Cândido da Silva. -- Alfenas/MG, 2016.
88 f.

Orientador: Cláudio Umpierre Carlan.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal
de Alfenas, 2016.
Bibliografia.

1. Língua latina - Latim vulgar. 2. Latinização. 3. Ibérica, Península
(Espanha e Portugal) - História. 4. Língua portuguesa. I. Carlan,
Cláudio Umpierre. II. Título.

CDD 946.9

GENTIL CÂNDIDO DA SILVA

"MATER ET FILIA: ORIGEM E BATISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA"

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos requisitos para
a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela
Universidade Federal de Alfenas.

Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História
Ibérica.

Aprovado em: 11/05/2016

Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan

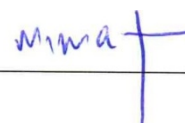
Assinatura:



Instituição: Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-
MG

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

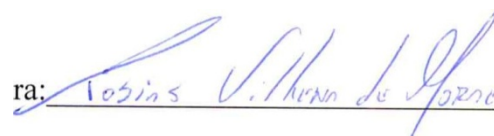
Assinatura:



Instituição: Universidade Estadual de Campinas
UNICAMP-SP

Prof. Dr. Tobias Vilhena de Moraes

Assinatura:



Instituição: Universidade Estadual de Campinas
UNICAMP-SP

RESUMO

A história da língua portuguesa, é uma saga que tem início no ano 218 a.C. no âmbito da segunda guerra púnica, quando os romanos com intuito de manterem a hegemonia no Mediterrâneo, invadirem a Península Ibérica e trouxeram consigo a língua latina. Com a queda do Império Romano do Ocidente e a chegada dos bárbaros houve uma desestruturação administrativa, onde tivemos o fechamento das escolas. A partir de então a língua latina foi abandonada à própria sorte, passando por um longo processo de dialeção. Ao analisar a gênese e evolução da língua portuguesa, podemos perceber que o fato linguístico é um construto que vai elaborando-se condicionado, sobretudo pelas contingências históricas. A língua portuguesa, em seus aspectos fonético, morfológicos, sintáticos e lexicais é essencialmente o resultado de uma evolução orgânica da língua latina, proporcionada pelas transformações ocorridas na Península Ibérica, decorrentes do contato entre culturas, línguas e religiões de diferentes povos. O português como fenômeno linguístico é bem mais antigo do que o reino de Portugal. Fenômeno linguístico que não possuía uma designação específica até que Dom Dinis, em 1290, ordenou que o vulgar fosse usado como língua oficial da chancelaria régia, passando a ser denominado, a partir de então, língua portuguesa.

Palavras-chave: Latim vulgar. Romanização. Península Ibérica. Reconquista. Vernáculo.

Língua portuguesa.

RESUMEN

La historia de la lengua portuguesa, es una saga que comenzó en el año 218 antes de Cristo en la Segunda Guerra Púnica, cuando los romanos con el fin de mantener la hegemonía en el Mediterráneo, invadieron la Península Ibérica y trajo consigo la lengua latina. Con la caída del Imperio Romano de Occidente y la llegada de los bárbaros hubo una desorganización administrativa, donde tuvimos el cierre de las escuelas. A partir de entonces la lengua latina fue abandonada a su suerte, empezando un largo proceso de creación de dialectos. En el análisis de la génesis y evolución de la lengua portuguesa, podemos ver que el hecho lingüístico es una construcción, cuya elaboración está condicionada principalmente por contingencias históricas. El idioma portugués en sus aspectos fonéticos, morfológicos, sintácticos y léxicos es esencialmente el resultado de una evolución orgánica de la lengua latina, proporcionada por las transformaciones que ocurren en la Península Ibérica, que resultan del contacto entre culturas, lenguas y religiones de los diferentes pueblos. El idioma portugués como un fenómeno es mucho más antiguo que el reino de Portugal. Fenómeno lingüístico que no tenía una denominación específica hasta que Dom Dinis, en 1290, ordenó que la lengua vernácula fuese utilizada como el idioma oficial de la cancillería real. A partir de entonces el vernáculo empezó a llamarse lengua portuguesa.

Palabras clave: Latin vulgar. Romanización. Península Ibérica. Reconquista. Vernáculo.
Lengua portuguesa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quisquis amat valeat pereat qui nescit amare bis tanto pereat quisquis amare vetat.....	14
Figura 2 - Primeira divisão provincial romana dos territórios conquistados na Península Ibérica.....	19
Figura 3 - Indexação do Império Romano conforme avanço.....	20
Figura 4 - A Espanha após as guerras Celtibéricas.....	21
Figura 5 - Espanha e Portugal conquistados pelos muçulmanos.....	24
Figura 6 - Carta de dotação e fundação da Igreja de S. Miguel de Lardosa.....	38
Figura 7 - Notícias de Fiadores (Ano 1.175).....	
Figura 8 - Testamento de D. Afonso II, (ano 1.214).....	42
Figura 9 - O manuscrito original da Notícia de Torto encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. É um documento que integra a coleção: Corporações Religiosas, Mosteiro de Vairão.....	47
Figura 10 - Interface de Kurupira Crossword.....	73
Figura 11 - Aspecto autoexplicativo do programa.....	73
Figura 12 - Interface de assistência.....	74
Figura 13 - Para preencher.....	75
Figura 14 – Preenchida.....	76
Figura 15 - Para preencher.....	76
Figura 16 – Preenchida.....	77
Figura 17 - Para preencher.....	78
Figura 18 – Preenchida.....	79
Figura 19 - Para preencher.....	79
Figura 20 – Preenchida.....	80
Figura 21 - Para preencher.....	81
Figura 22 – Preenchida.....	82
Figura 23 - Para preencher.....	83

Figura 24 – Preenchida.....	84
Figura 25 - Para preencher.....	84
Figura 26 – Preenchida.....	85
Figura 27 - Para preencher.....	86
Figura 28 – Preenchida.....	87
Figura 29 - Para preencher.....	87
Figura 30 – Preenchida.....	88

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	LATIM CLÁSSICO E LATIM VULGAR.....	12
3	CONQUISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA	16
3.1	Organização Política da Península Ibérica.....	18
3.2	Reinos Bárbaros: Último respiro de romanidade.....	21
4	INVASÃO ISLAMICA, RECONQUISTA E NASCIMENTO DO	
4.1	Os Moçárabes.....	24
5	LATIM OU ROMANCE.....	33
6	PRIMÓRDIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA	37
6.1	A Notícia do Torto.....	44
7	O TROVADORISMO.....	49
8	BATISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	55
9	CONCLUSÃO.....	61
	REFERÊNCIAS	63
10	APÊNDICE A - Sites consultados	68
11	APÊNDICE B – Objeto de aprendizagem	69
11.1	Objeto de Aprendizagem.....	69
11.2	Palavras cruzadas.....	74
11.2.1	Introdução.....	74
11.2.2	Invasão Islâmica.....	76
11.2.3	Latim clássico e vulgar.....	78
11.2.4	Nascimento do reino de Portugal.....	79
11.2.5	Organização Política da Península.....	80
11.2.6	Primórdios da Língua Portuguesa.....	82
11.2.7	A Reconquista.....	84
11.2.8	Reinos Bárbaros.....	86
11.2.9	O batismo da língua portuguesa.....	87

1 INTRODUÇÃO

Que a língua portuguesa seja, conforme salientado por Ismael Coutinho, estudioso de gramática histórica da língua portuguesa, em seus aspectos fonético, morfológicos, sintáticos e lexicais, essencialmente o resultado de uma evolução orgânica da língua latina, é algo dado por descontado; e disso ocupa-se a linguística (Coutinho, 2005). Mas, quais foram os fatores que fizeram com que a língua latina em sua evolução se transformasse e dessa origem à língua portuguesa, diferenciando-a das outras línguas românicas ibéricas? A esta pergunta quem tenta responder é a história.

Todas as línguas ibéricas, a exceção do Basco, derivam do Latim. A origem do Português, portanto, remonta ao Latim. Mas porque se desenvolveu esta língua, com estas características, neste canto ocidental da Europa. Para responder a esta questão teremos que viajar no tempo, até 218 a. C., data em que o exército romano, no quadro de segunda guerra Púnica, desembarcou na Península Ibérica dando início a um longo processo de aculturação dos povos peninsulares, a romanização (CARDERA, 2006, p. 9).

A análise historiográfica nos mostra que a língua portuguesa se constituiu como língua específica, na Europa, devido, sim, ao processo de uma evolução orgânica, inerente a todas as línguas, que o latim sofreu, mas, sobretudo influenciado pelas transformações ocorridas na Península Ibérica decorrentes do contato entre culturas, línguas e religiões de diferentes povos.

Nosso foco de estudo é caracterizar este desenrolar histórico que propiciou à língua portuguesa constituir-se como língua específica europeia e ao mesmo tempo coligar sua oficialização à identidade nacional do Reino de Portugal sob o reinado de D. Dinis.

Os romanos invadiram a Península Ibérica no séc. III A.C. Com o passar do tempo o latim vulgar tornou-se a língua típica de comunicação de toda a região. Com a decadência do Império Romano do Ocidente, os bárbaros dominaram a Península Ibérica a partir do século V. Esses povos que invadiram a Península no séc. V D.C. eram povos que de certa maneira já haviam absorvido a cultura e a língua romanas, mas como as escolas romanas haviam sido fechadas com a queda do Império, o latim começou a evoluir por conta própria. Como cada povo bárbaro falava a língua latina de modo diferente, a uniformidade linguística rompeu-se, intensificando a dialeção do latim levando, conseqüentemente, à formação de diferentes línguas românicas. Por isso podemos dizer que, em um primeiro momento, a língua

portuguesa é fruto da expansão territorial do Império Romano, bem como da política de latinização imposta pelos romanos aos territórios conquistados.

A partir de 711 d.C. os árabes invadiram a Península Ibérica convivendo por quase oito séculos com cristãos latinizados influenciando não somente o léxico do romance local, mas também a cultura e a ciência.

A Galícia atual formada pelo norte de Portugal e parte das atuais comunidades de Astúrias e Castela-Leão constituía uma unidade cultural e linguística. Toda esta região formava a província romana da *Gallaecia*.

Com a invasão bárbara, os Suevos estabeleceram seu reino neste território chamado *Gallaecia*, que durou até ser incorporado no ano de 418 D.C. ao reino visigodo, que durou até 711 D.C., época da invasão islâmica.

Após a invasão muçulmana, em 711 D.C., o reino visigodo foi destruído e a Galícia foi logo reconquistada pelos cristãos e incorporada ao novo reino de Astúrias, mais tarde passando a fazer parte do reino de Leão.

Em 1139, o Condado *Portucalense* tornou-se independente do Reino de Leão e transformou-se num novo reino. Rompia-se assim a unidade política, embora, durante algum tempo se mantivesse a unidade linguística.

A ruptura da unidade linguística galego-portuguesa aconteceu após a expansão territorial portuguesa. Portugal deslocou seu centro de influência linguística para o sul do país, afastando-se do galego e dos dialetos minhotos e recebendo influência dos dialetos moçárabes dos territórios conquistados.

Foi então, a partir da sua independência, que o reino de Portugal começou com a criação de uma norma escrita. Assim, as formas escritas em Portugal começaram a se homogenizar sob a influência da corte, enquanto que os escritos galegos vão sendo penetrados de castelanismos. Ademais, o avanço do galego-português para o sul e o deslocamento da capital portuguesa introduziram uma série de elementos novos que deram lugar ao desenvolvimento autônomo da língua portuguesa.

À medida que os cristãos avançam para o sul, os dialetos do Norte interagem com os dialetos moçárabes do Sul, começando o processo de diferenciação do português em relação ao galego.

Foi somente com Dom Dinis, sexto rei de Portugal, já nos finais do sec. XIII, que a língua vulgar adquire status de língua oficial do reino e passa a ser denominada como língua portuguesa.

Recentemente, no ano 2014, tivemos a comemoração dos oitocentos anos da língua portuguesa. Esta data comemorativa teve por base o testamento de D. Afonso II, que por ser datado, é considerado quase de modo unânime, o texto inicial da língua portuguesa.

Assim sendo, podemos perceber que o fenômeno linguístico chamado língua portuguesa precede seu próprio nome em pelo menos 76 anos, uma vez que o batismo que lhe conferiu este nome aconteceu somente no ano de 1290 quando adquiriu status de língua oficial do reino de Portugal.

2 LATIM CLÁSSICO E LATIM VULGAR

Como todas as línguas, também o latim estava sujeito às variações. Entre tantas variedades de latim que se misturam e se sobrepuseram no tempo, no espaço e nos níveis de uso, duas modalidades de realização sobressaem, por importância histórica, aquelas que convencionalmente são chamadas de latim clássico e latim vulgar.

O latim era a língua oficial do povo romano, que com o passar do tempo evoluiu, tornando-se uma língua bem estruturada com uma configuração gramatical bem complicada, chegando-se assim ao latim clássico, que era uma língua literária utilizada somente pela elite da população. Em sua evolução, a língua latina no seio do Império Romano, com o passar do tempo, tornou-se a língua de uma minoria elitista, da camada administrativa e dos literatos, bem longe da língua falada pela população dos demais estamentos sociais:

A palavra latim lembra-nos textos literários e citações famosas, e remete para uma imagem de língua extremamente homogênia, elaborada, sujeita a regras muito fixas. É a imagem de uma língua morta. Mas o Latim foi uma língua viva, falada ao longo de séculos, em espaços geográficos diversificados e por povos variados, por diferentes camadas socioculturais e em diferentes situações (CARDERA, 2006, p. 10).

O latim clássico é o latim escrito tal como é usado nas obras literárias da chamada idade do ouro de Roma (50 a. C. – 50 d. C. aproximadamente), e ficou praticamente o mesmo ao longo da história.

Esta distinção que fazemos hoje entre latim vulgar e literário, com certeza, não se aplica aos primeiros séculos de história romana. Podemos dizer que nos três primeiros séculos de existência da língua latina, esta era uma língua que atendia simplesmente às necessidades da vida sem se preocupar com a formalização estilística e gramatical.

A princípio, o que existia era simplesmente o latim. Depois, o idioma dos romanos se estiliza, transformando-se num instrumento literário. Passa então a apresentar dois aspectos que, com o correr do tempo, se tornam cada vez mais distintos: o clássico e o vulgar. Não eram duas línguas diferentes, mas dois aspectos da mesma língua. Um surgiu do outro, como a árvore da semente, essas duas modalidades do latim, a literária e a popular, receberam dos romanos a denominação respectivamente de *sermo urbanus* e *sermus vulgaris*. (COUTINHO, 2005. p.29)

As primeiras obras literárias em latim aparecem na segunda metade do século III a. C., e refletem uma importante evolução, seja sobre o plano lexical seja no plano gramatical,

que corresponde à expansão da influência de Roma. Segundo Coutinho:

A tradição literária começa em Roma no século III a.C., com o aparecimento dos primeiros escritores: Lívio Andronico, Cneu Névio, Enio. Antes o que havia eram simples inscrições de nulo valor literário. O período de ouro do latim clássico é representado pela época de Cícero e de Augusto. É então que aparecem os grandes artistas da prosa e do verso, que levam a língua ao seu maior esplendor (COUTINHO, 2005. p.29).²

Mas, a grande maioria do povo continuava a falar o latim popular utilizado no linguajar informal.

O *sermo vulgaris* é o conjunto das variantes da língua latina falada pelas diversas camadas da populações do Império romano. Sua principal diferença em relação ao latim literário é a maior influência dos substratos linguísticos locais e a falta de codificação ligada à escrita. Esta modalidade de latim coloquial era falada pelas classes sociais mais humildes. Constituía-se numa espécie de denominador comum, que se sobrepunha às gírias das várias profissões, como um instrumento familiar de comunicação diária.

As escavações de Pompéia, cidade romana soterrada pelas cinzas e lavas do vulcão Vesúvio no ano 79 D.C., trouxeram à tona escritos reveladores que dão testemunho das características desta modalidade de língua latina utilizada pela maioria da população. Os grafites ali encontrados são testemunhas das tentativas de redação em latim vulgar (cf. figura 1). Estes escritos, na contramão do latim erudito, nos fornece, além de várias informações sobre a vida cotidiana do povo daquela cidade, dados relevantes concernentes ao nível cultural da população, que tentava se expressar por escrito em um linguajar informal.



Figura 1¹ - *Quisquis amat valeat pereat qui nescit amare bis tanto pereat quisquis amare vetat*

Tal como acontece hoje com a própria língua portuguesa podemos perceber, já na

¹ Disponível em <http://www.italiaoggi.com.br/not10_1206/ital_not20061027b.htm>. Acesso em 05 jan. 2016.

época dos romanos, uma grande disparidade entre o linguajar erudito oficial aprendido nas escolas e os diversos falares da população em geral:

Os *graffiti*, do latim *graphium*, ou inscrições parietais encontrados nas ruínas de Pompéia contêm, em suas estruturas, caracteres linguísticos que nos permitem, não só uma visão da sociedade romana antiga, mas também nos auxiliam, como fonte riquíssima, no estudo e aprofundamento do latim vulgar.

São mensagens baseadas em diversos temas como convites sedutores, conselhos, declarações de amor ou ódio, inveja, erotismo, súplicas etc., que nos mostram a linguagem corrente das classes incultas de Roma da época (LOPES, S/D, S/P).

No latim popular, representado nos grafites de Pompéia, podemos perceber uma evolução da língua que já apontava para o surgimento das línguas neolatinas, faltando, simplesmente, as condições socioculturais propícias para que isso ocorresse. O que aconteceu séculos mais tarde quando tivemos a desestruturação do Império, que levou ao fechamento das escolas e o conseqüente abandono do ensino da língua latina. Abandonado à própria sorte, sem controle e sujeição à modalidade clássica o que tivemos foi a dialeção do latim e o conseqüente surgimento das línguas românicas.

Por tratar-se de uma variedade da língua que era, sobretudo, falada, não devemos esperar encontrar grandes textos escritos em latim vulgar. Mas, analisando materiais descobertos pelas pesquisas arqueológicas em cidades romanas, podemos encontrar nos “*graffiti*” de Pompéia, que eram escritos não oficiais, testemunho desta língua falada pelo povo. Nestas escritas parietais podemos perceber já uma simplificação da língua latina, sobretudo nas peculiaridades concernentes à fonética, à morfologia e à ortografia, levando deste modo a uma maior proximidade entre língua falada e língua escrita, por isso afirma Funari (2003) que

Para que possamos entender a distância que separava a língua e as expressões poéticas eruditas das populares deve-se estabelecer uma comparação com o que se passa hoje. Quanto às características do português escrito encontram correspondência na configuração do latim erudito das elites pompeianas. Em primeiro lugar, a normatização e estabilização do idioma erudito implicam a caracterização de um período áureo da língua, cujos autores estabelecem os padrões de correção a serem seguidos. Assim, a linguagem dos autores de meados do século passado até inícios deste século (Machado de Assis, Rui Barbosa entre outros) constitui modelos a serem respeitados na língua escrita atual, o que gera entraves à identificação entre a língua erudita e aquela falada. *A própria compreensão de uma frase como fi-la feliz (= eu a fiz feliz) torna-se difícil, tendo caído em desuso a posposição do pronome da terceira pessoa.*

No caso de Pompéia, os autores de meados do século I a.C., portanto em um século anterior aos nossos grafites, constituíam-se nos modelos clássicos. Os principais elementos da cultura linguística erudita são:

- a) A normatização e estabilização do idioma latino na chamada idade de ouro (século I a.C.) que geram dificuldades para o seu desenvolvimento como língua falada;

- b) A formalização de uma língua erudita, artificialmente helenizante (ERNOUT E THOMAS, 1953), que nunca se integrou de todo no terreno itálico de origem;
- c) A importância do ensino, com a consequente sujeição às regras e à autoridade dos autores clássicos;
- d) A falta de mecanismo de incorporação do dinamismo, típico da língua falada, no que se refere a vocabulário, morfologia e sintaxe (FUNARI, 2003, p.100).

3 CONQUISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA

A conquista romana da Península Ibérica iniciou-se no contexto da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), quando as legiões romanas, sob o comando do cônsul Cneu Cornélio Cipião, para ali se movimentaram taticamente, a fim de atacar pela retaguarda os domínios de Cartago na região. Assim que chegaram a Ampurias os romanos trataram logo, como era de costume, estabelecer alianças com os iberos, mas não obteve sucesso absoluto. Os Ilergetes, por exemplo, permaneceram aliados dos cartagineses. Assim sendo, Cneu Cornélio Cipião submeteu mediante tratado ou por imposição a população da zona costeira no Norte do Ebro, estabelecendo sua residência na cidade de Tarraco.

Em um primeiro momento o que visava o Senado Romano era simplesmente cortar o abastecimento de suplementos necessários para a sustentação do exército cartaginês que então invadia a Península Itálica sob o comando de Aníbal. De facto, a influência cartaginesa na Península Ibérica permitia um expressivo reforço, tanto de suprimentos quanto de homens, a Cartago. A estratégia do Senado Romano visava, assim, enfraquecer as forças cartaginesas, no intuito de afastar os seus exércitos da península Itálica.

Esta intervenção estratégica para conter as forças cartaginesas, desembocando na segunda Guerra Púnica, iniciada no final do século III a.C., com o passar do tempo adquiriu caráter de conquista. A guerra contra os cartagineses foi muito breve se a compararmos com os séculos seguintes, necessários aos romanos para conquistar definitivamente a Península Ibérica. A conquista da Península Ibérica pelos romanos foi um longo período que vai do ano de 218 a. C., quando da chegada dos romanos em Ampurias, até 19 a. C., ano da conquista definitiva da Península Ibérica por César Augusto.

Os vários povos do interior da Península (cântabros, lusitanos, celtíberos, astures etc.) ofereceram uma resistência sem precedentes aos invasores, estendendo por dois séculos as guerras de conquista. Mesmo que intermitentes essas guerras foram de extrema violência e crueldade, as quais tiveram como consequência a quase destruição das culturas pré-romanas da Península Ibérica.

Na península Ibérica, a romanização ocorreu concomitantemente com a conquista. Conquista esta que se estendeu desde a costa mediterrânea passando pelo interior até chegar à costa do oceano Atlântico. Para esse processo de aculturação, foram determinantes a fundação de várias cidades e a expansão do latim, tendo como agentes, a princípio, os legionários e os

comerciantes. Depois de sete séculos de influência romana podemos dizer que finalmente a Ibéria estava romanizada.

Como é lógico, tras La conquista Roman se introdujeron numerosos elementos de aquel mundo em el âmbito de las tierras hispanas em los mas variados terrenos, tento em el administrativo como em el jurídico, el social el econômico o el cultural. Dicho proceso há recebido el nombre de “romanización” (BARUQUE, 2006, p.19).

A língua latina acabou por se impor como língua oficial, funcionando como fator de ligação e de comunicação entre os vários povos. As povoações, até aí predominantemente ubicadas nas montanhas, passaram a surgir nos vales ou planícies, habitando casas de tijolo cobertas com telha. Como exemplo de cidades que surgiram com os Romanos, temos Braga (*Bracara Augusta*), Beja (*Pax Iulia*), Santiago do Cacém (Miróbriga), Conímbriga e Chaves (*Aquae Flaviae*).

Dentre as estratégias romanas de conquista, o processo de urbanização foi fundamental para a romanização da Península Ibérica. A política de construção de cidades, que começou concomitantemente com a conquista, tinha em um primeiro momento fins apenas defensivos. Em um segundo momento as riquezas da Península atraíram um grande contingente de emigrantes oriundos da Península Itálica, o que contribuiu para a aceleração do processo de urbanização. Este contingente de pessoas, com o intuito de fugirem da grande crise que assolou a Itália no século II a. C., eram atraídos, sobretudo pelas riquezas minerais e pela possibilidade de praticarem a agropecuária.

Podemos dizer que o processo de colonização somente começou de modo deliberado com Júlio Cesar, com o intuito de resolver os problemas do *ager publicus*. Além de assentar a maioria de seus soldados na Bética, concedeu direito de cidadania romana a municípios já existentes em troca da fidelidade destes cidadãos na guerra civil contra Pompeu, enquanto teve como cenário a Península Ibérica. Posteriormente Augusto deu continuidade a todo esse processo de municipalização.

A consequência imediata da romanização da Península Ibérica foi a sua inevitável latinização. A chegada de um grande contingente de pessoas que falavam latim e o uso deste nas relações oficiais com Roma foram decisivos para o quase desaparecimento das línguas locais.

Para conseguir a romanização da Península Ibérica os romanos lançaram mão deliberadamente do uso da língua latina como fator de coesão. A latinização da Península Ibérica, isto é, a substituição das línguas locais pelo latim teve início com a chegada dos

romanos em 218 a. C. e intensificou-se com o governo de Augusto, quando, em 19 a. C., oficializou a *Hispania* como parte do Império Romano.

A romanização afetou praticamente todas as áreas da vida dos povos ibéricos, sobretudo o uso da língua. O latim, língua oficial do Império Romano, passou a ser usado na administração. A sua versão coloquial, o latim vulgar falado em todo o império, foi difundido por soldados, colonos e mercadores vindos de várias províncias e colônias romanas.

No dizer de Esperança Cardeira,

A ocupação não se traduz apenas em administração, mas também em colonização. Veteranos do exército tornaram-se terratenentes, imigrantes romanos de todas as classes sociais fixaram-se no território conquistado, criam-se cidades e escolas e as mercadorias circulavam pelas novas vias imperiais. Geograficamente periférica em relação a Roma, a Hispânia não perde, no entanto, o centro do mundo. A integração no Império Romano materializa-se na adoção do direito romano bem como da cultura e da língua, o latim (CARDEIRA, 2006, p.10).

Em um ambiente romanizado falar latim era mais um privilégio do que um dever, e começou pelas camadas mais altas da sociedade, que tinham de lidar com a administração romana. A evolução do latim no território correspondente a Portugal ocorreu a dois ritmos: no centro e sul, na *Lusitania*, foi adaptado cedo, acompanhando a rápida romanização. Ao Norte, na região da *Gallaecia*, a tardia romanização, o carácter rural e o isolamento resultaram numa menor assimilação cultural e linguística, que levou ao desenvolvimento de uma variedade de latim com influências da língua galaica. A adesão ao cristianismo, introduzido nas cidades da *Hispania* a partir do século I e tornado religião oficial do império em 380 pelo imperador hispânico Teodósio I, também contribuiu para popularizar o latim.

Neste contexto de romanização e latinização o uso das línguas paleoibéricas foi decrescendo, primeiro através do bilinguismo nos centros de ocupação romana, depois se limitando às regiões isoladas. As línguas pré-romanas nativas acabaram por desaparecer, mas o seu contato com o latim e as várias línguas bárbaras contribuiu para o desenvolvimento de diversos dialetos nas diferentes regiões da *Hispania*.

3.1 Organização Política da Península Ibérica

A partir do final da segunda guerra púnica os romanos organizaram a *Hispania* em diversas subdivisões administrativas (cf. figura 2), cujo comando era atribuído a pretores que governavam em nome de Roma.

A conquista, completada cerca de duzentos anos depois, integra a Península Ibérica no Império Romano e divide-a em províncias: inicialmente, em Hispânia Ulterior (Sudoeste) e Citerior (Nordeste). No ano 27 a. C., Augusto divide a Ulterior em Lusitânia e Bética; em 216 d. C., na época do imperador Caracala, o Nordeste ganha estatuto de província autônoma, com o nome de Galécia (CARDERA, 2006, p. 9).



Figura 2² - Primeira divisão provincial romana dos territórios conquistados na Península Ibérica.

A *Hispânia Citerior* e a *Hispânia Ulterior* eram duas províncias romanas da época republicana, nas quais foram divididos os territórios conquistados pelos romanos na Península Ibérica durante a segunda guerra púnica.

Após a vitória sobre os cartagineses os romanos por questões administrativas, a partir do ano 197 a. C., resolveram dividir o território que até então se encontrava sob o domínio dos vencidos em duas partes, designando-as em conformidade com sua localização geográfica em relação a Roma: *Hispânia Ulterior*, mais distante, localizada na zona sul e oeste e *Hispânia Citerior*, mais próxima, ocupava a zona este do território conquistado, tendo como capitais, respectivamente, Tarragona e Córdoba. O nome *Hispânia* deriva da palavra

² Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org>> Acesso em: 15 fev. 2016.

“*hispania*”, provavelmente de origem púnica, que significa terra de coelhos.

Essa primeira divisão foi mudando de contorno conforme os romanos iam indexando novos territórios conquistados. Essa divisão manteve-se praticamente a mesma por aproximadamente meio século, isto é, até o final das guerras lusitanas e cantábricas (figura 3).



Figura 3³ - Indexação do Império Romano conforme avanço.

No ano 27 a. C. , Augusto dividiu a *Hispania Ulterior* em duas novas províncias e mudou o nome da *Hispania Citerior*.

Com o fim das guerras Celtibéricas e Cantábricas, houve uma grande ampliação dos territórios conquistados pelos Romanos. Com a anexação desses novos territórios a *Hispania Ulterior* é dividida em duas províncias distintas: a *Betica* cuja capital era Córdoba e a Lusitânia tendo Mérida por capital.

À *Betica* tocou aquela parte dos territórios já romanizados e à *Lusitania* os territórios recém-incorporados localizados na parte oeste da Península.

³ Disponível em: <<http://blog.educastur.es/maremagnum/files/2011/10/provincias-con-augusto.jpg>> Acesso em: 16 fev. 2016.

A *Hispania Citerior* passou a chamar-se *Tarraconensis* tendo por capital Tarragona. A essa província foram incorporados os territórios conquistados dos cântabros e astures.



Figura 4⁴ - A Espanha após as guerras Celtibéricas.

No século III d. C., Diocleciano, com o intuito de empreender uma grande reforma administrativa, dividiu a antiga Província *Tarraconensis* em três novas províncias: *Tarraconensis*, *Cartaginensis* e *Gallaecia*. Essa foi a última divisão administrativa feita pelos romanos na Península Ibérica.

3.2 Reinos Bárbaros: Último respiro de romanidade

O desmoronamento do Império Romano do Ocidente não foi algo inesperado ao qual devemos atribuir uma única causa, mas sim, a consequência de um longo período de falência institucional que vinha sendo anunciada por mais de século.

⁴ Disponível em: <<https://smediacacheak0.pinimg.com/originals/fd/ef/b5/fdefb5565ba1d536b94f47cb3b8f7745.jpg>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

O processo de esfoliação da hegemonia romana prolonga-se por mais de um século durante o qual os povos germânicos se instalam nas províncias ocidentais do império. Inicialmente ligados aos centros de governo imperiais mediante uma relação de *foederatio*, estes reinos considerados romano-bárbaros, de burgúndios, visigodos e ostrogodos, agem como uma espécie de prolongamento ideal da antiga ordem romana (MASTROMANTINO, 2010, p.60).

As invasões bárbaras, que muitas vezes são consideradas as grandes protagonistas do colapso do Império Romano, apenas aceleraram a crise institucional, sobretudo política e militar, pela qual passava há décadas o Império.

O aparecimento dos reinos bárbaros é a mera consequência de um processo de degeneração política da autoridade central que comandava os territórios romanos do ocidente. A incapacidade de administrar o próprio território propiciou condições férteis para a formação de comunidades bárbaras que foram constituindo-se em verdadeiros principados, os quais foram apoderando aos poucos das províncias imperiais. Segundo Fabrizio Mastromartino esta crise, que há muito anunciava a queda do Império,

(...) tem a sua primeira e decisiva causa numa multiplicidade de elementos internos, como o gigantismo da administração, a vasta corrupção das instituições, a retração do comércio, o declínio das cidades e a reduzida vitalidade demográfica da população.. Destes fatores de debilidade interna resulta a crescente incapacidade de providenciar a defesa dos territórios imperiais e respectivos habitantes, cuja tutela é frequentemente confiada a exércitos compostos, em grande parte, por milícias bárbaras, o que rapidamente favorece uma notável infiltração de soldados germânicos nas próprias hierarquias militares que, por sua vez, preludia a instalação estável dos seus povos no interior das regiões ocidentais do império. Até aos anos 40 do século V, os romanos tentam opor uma forte resistência ao avanço dos povos germânicos. A derrota de Ravena, capital do império do Ocidente, onde, à frente das tropas bárbaras de hérulos, ciros, turcilingos e rúgios, Odoacro (c. 434-493) depõe em 476 o imperador Rómulo Augústulo (459-476, imperador desde 475) e envia a Constantinopla as insígnias imperiais, sela definitivamente este processo de infiltração do elemento bárbaro e de dissolução da unidade imperial dos ocidentais que se iniciara há vários séculos (MASTROMANTINO, 2010, p.60).

Os bárbaros que, em princípio, formavam insignificantes colônias às margens externas das fronteiras provinciais romanas, aos poucos se foram incorporando nas milícias romanas e com o passar do tempo se tornaram a base principal das guarnições militares.

Inicialmente as milícias germânicas vão se instalando nas províncias ocidentais na qualidade de federados do Império. E na qualidade de aliados tinham como missão a proteção da população e manutenção das instituições romanas.

Deste modo, na relação de *foederatio*, os povos germânicos começam a participar da administração romana, incorporando a tradição latina que iria sobreviver à queda do império.

Estas federações bárbaras tornaram-se novos focos de governos estrangeiros, adotando na medida do possível o *modus vivendi* da tradição romana.

O encontro dos estamentos mais elevados das duas sociedades, germânica e romana, vivendo no mesmo território não teria sido possível sem o entendimento da nobreza guerreira bárbara com a aristocracia romana. Esta coligação foi essencial para que se mantivesse certa organização institucional da qual ambas fossem beneficiárias

Nos reinos romano-bárbaros a combinação entre a nobreza bárbara e a aristocracia romana adquire caráter estrutural, onde a participação da aristocracia romana nos altos escalões da administração é uma tentativa de dar continuidade às instituições romanas em um Império em decadência.

Com a decadência do Império Romano do ocidente, os povos que dominaram a Península Ibérica a partir do século V, sobretudo os visigodos eram povos que já haviam absorvido a cultura e a língua romanas, mas como as escolas haviam sido fechadas com a desestruturação imperial, o latim começou a evoluir-se por conta própria. Cada tribo bárbara falava a língua latina de modo diferente, isso fez com que a uniformidade linguística se rompesse, levando primeiramente à dialeção do latim, e posteriormente, à formação das diversas línguas românicas ou neolatinas.

4 INVASAO ISLAMICA, RECONQUISTA E NASCIMENTO DO REINO DE PORTUGAL.

O general Tarik invade a Península Ibérica em 711. Após atravessar o Estreito de Gibraltar trava uma batalha com o rei visigodo Rodrigo, da qual sai vitorioso. A partir de então a conquista da Península Ibérica, pelos muçulmanos, foi muito rápida. Com exceção das Astúrias, em 713 toda Península já estava sob o domínio dos invasores (figura 5).

Uns dois anos depois já tinham subjugado toda a região meridional e, subindo até ao Mondego, empurraram os hispano-godos para as cordilheiras norte. Instauraram uma administração árabe, centrada em Córdoba. Após alguns episódios mais ou menos sangrentos, a zona sob domínio árabe, pacificada, apresenta um panorama que, durante cerca de cinco séculos, não mudará muito: cristãos a norte, muçulmanos, hispano-godos convertidos ao Islão, moçárabes e judeus no Centro-Sul (CARDERA, pag. 15).

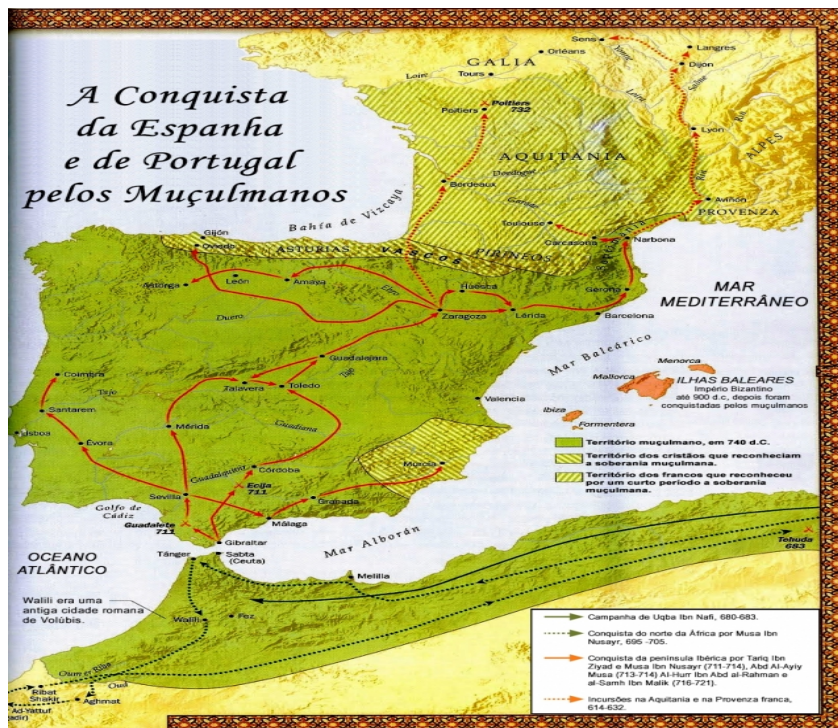


Figura 5⁵ - Espanha e Portugal conquistados pelos muçulmanos.

A denominação Al-Andalus foi o nome dado, pelos conquistadores, à Península Ibérica no século VIII e foi utilizado para referir-se à Península não importando o território

⁵ Disponível em: <<http://www.islambr.com.br/media/rokgallery/9/997935cd-66a6-4666-fc3344ee1b65d5dcb3e3-db24-4650-f3d6-7e9b9026e869.jpg>>. Acesso em 05 jan. 2016.

politicamente controlado pelas forças islâmicas. De início, de 756 a 929, o Al-Andaluz esteve integrado à província norte africana do Império Omíada, na qualidade de Emirado, posteriormente, de 929 a 1031, passa a ser um Califado independente pertencente ao poder Abássida. Foi com a dissolução do califado, em 1031, que tivemos a pulverização do território e a constituição de vários reinos de Taifa.

A reconquista na Península Ibérica foi uma longa etapa descontínua e por vezes violenta da história da região. Foi um longo período que vai do séc. VIII ao séc. XV, ao longo do qual os reinos cristãos da Espanha reagiram, primeiramente, à invasão mulçumana de 711 e, depois, foram “reconquistando” os territórios perdidos, até apoderarem-se, em 1492, de Granada, último bastião do domínio moro da Espanha.

Durante a reconquista as fronteiras entre a Espanha mulçumana e cristã se deslocavam cada vez mais em direção ao sul e, desta forma, os cristãos iam paulatinamente aumentando seu território. Após ter conquistado muitos territórios, o reino de Castela torna-se um dos mais importantes protagonistas da história da reconquista.

É preciso salientar que este longo e complexo processo de reconquista não aconteceu de modo linear, pois muitas vezes foi pautado por períodos de paz e convivência amistosa. Também temos que desmitificar que a Idade Média ibérica foi palco exclusivo de guerras bilaterais entre cristãos e mouros. Sabe-se que por várias vezes tanto cristãos como mulçumanos estiveram ocupados em guerras civis e, também fizeram alianças para lutar contra um inimigo comum, fosse esse mouro ou cristão. Neste caso temos como exemplo, bem conhecido na história, o cavaleiro El Cid, cantado como exemplo da encarnação das virtudes cristãs. Mas, ao mesmo tempo, El Cid combateu contra os cristãos aragoneses para defender os mulçumanos da Taifa de Zaragoza, para honrar acordos de vassalagem, comuns naquela época.

Ya en el círculo del monarca, aunque no en el primer plano, Rodrigo, que para entonces había adquirido el sobrenombre de Campeador, cumplía las funciones inherentes a su status: intervención como juez en algún pleito suscitado por miembros de su mismo estamento de infanzonía, o como enviado del monarca en sus relaciones con los reyes de taifas: unas veces, para cobrar las parias acordadas; otras, para defender, de cristianos o de musulmanes, a los príncipes moros que se habían encomendado al monarca castellano-leonés (CORTAZAR, 2016, s/p).

A reconquista foi antes de tudo uma cruzada ideológico-religiosa por parte dos cristãos. Por ocasião da reconquista, formaram-se organizações militares cristãs de cavaleiros como aquelas da Ordem dos Templários e a Ordem de Santiago. Mas, concomitantemente

aproveitava-se para conquistar terras com o objetivo de recolonizar e de integrar o reino de Espanha. Nesta tentativa de recolonização os cavaleiros e os soldados eram recompensados com a doação de terras.

Vemos, assim, que a reconquista nem sempre teve o caráter de guerra religiosa que lhe foi atribuída *a posteriori* por ideologias do mundo católico. Pelo contrário, foram frequentes, sobretudo na baixa Idade Média, os casos de alianças ocasionais entre muçulmanos e cristãos, em luta contra os respectivos partidários, não para defender a religião, mas sim, o território e o poder.

Após a “invasão” muçulmana, da Península Ibérica, pelos muçulmanos em 711, alguns núcleos cristãos de resistência se refugiaram nas montanhas do Norte, de onde, por volta de 718, quando ocorreu a batalha de Covadonga, liderada por Pelágio, iniciaram o longo período chamado de “Reconquista Cristã”, que se completou somente após 750 anos, com a queda de Granada em 1492.

Pelágio teria conseguido derrotar exemplarmente o inimigo nos penhascos de Covadonga, o que fez com que os muçulmanos se retirassem da região Cantábrica. Segundo esta versão, a derrota na batalha de Covadonga foi o primeiro grande revés do islamismo em território peninsular ibérico. Por isso, tal batalha é considerada o marco a partir do qual se dá o início à Reconquista.

Segundo Julio Valdeón Baruque, é bom salientar que esta visão otimista da batalha de Covadonga como *salus Hispaniae* não é unanimidade para as crônicas da época.

Mientras que las fuentes cristianas aluden a un éxito espectacular en el que murieron cientos de Miles de musulmanes, los textos árabes afirman que el ejército islamita decidió retirarse de las montañas próximas a Covadonga sencillamente por falta de interés. Em cualquier caso, es indudable que los cristianos de la zona impidieron el posible avance de los musulmanes hacia la costa cantábrica. De ahí que aquel triunfo militar fuera saludado con grandes elogios por los eclesiásticos de La época, los únicos hombres cultos del momento (Baruque, 2006, p. 71).

A conquista de Toledo, cidade islâmica das mais importantes, em 1.085, por Afonso VI de Leão e Castela, foi uma grande vitória para os cristãos, provocando uma grande reviravolta na história da Península Ibérica, não tanto do ponto de vista militar, mas sim pelo impacto simbólico do acontecimento.

Para os cristãos, no entanto, Toledo desempenhava um papel altamente emblemático, pois era a capital do antigo reino visigodo de cujo nome se valiam, para legitimar o poder, os soberanos que, uma vintena de anos antes, tinham obtido do emir de Sevilha os restos do grande santo visigodo Isidoro, para os transferir para Leão, sua capital.

Conquistando Toledo, Afonso VI podia legitimamente pretender ser esse herdeiro e, nos anos seguintes, a chancelaria real empregou, para o designar, os títulos de *imperator totius Hispaniae* e *imperator super omnes Hispaniae nationes constitutus* (RUCQUOI, 1995, p. 167).

Em 1212, os cristãos se uniram e venceram a batalha de Navas de Tolosa. É a partir desta data que a reconquista se torna cada vez mais rápida. Os muçulmanos perdem cada vez mais território. Castela torna-se, portanto, o centro político e militar e, o castelhano a língua oficial da Espanha.

A última etapa da reconquista aconteceu em 1492, quando a cidade de Granada, último bastião muçulmano, foi conquistada pelos cristãos. Na mesma época, as célebres viagens de Cristóvão Colombo empreendiam a conquista, a colonização e a exploração do Novo Mundo. O Império espanhol parecia então indomável.

Nesses quase oitocentos anos, o mapa da Península Ibérica sofreu profundas modificações. Existiu, inicialmente, um Reino da Galiza, aliado, vassalo ou dominante do Reino de Leão (segundo as épocas), que compreendia o condado da Galiza e o condado Portucalense. Uma série de conflitos políticos, de casamentos e disputas feudais entre herdeiros, incluindo uma guerra de filho contra mãe, levou finalmente à batalha de Ourique, no ano de 1139, em que o conde Afonso Henriques, após uma vitória contra os muçulmanos, se autoproclamou “Rei de Portugal”, “Rex Portucalensis”, rompendo definitivamente com a vassalagem do condado com relação à coroa de Leão (BAGNO, S/D, p. 36).

Como já dito anteriormente, os Mouros chegaram à Península Ibérica no ano de 711. Os monarcas dos reinos cristãos que conseguiram resistir à invasão refugiaram-se ao norte, e a partir das Astúrias, conseguiram organizar-se para expulsarem os Muçulmanos, dando início à reconquista. É nesse contexto da reconquista que vemos o alvorecer do que no futuro seria o reino de Portugal.

Por volta de 1090, o rei de Leão e Castela Afonso VI pediu auxílio a outros monarcas europeus, os quais lhe enviaram alguns homens para ajuda-lo no combate aos Mouros. Entre os muitos guerreiros que vieram auxiliá-lo, destacaram-se dois: D. Henrique e D. Raimundo, ambos eram nobres franceses da região de Borgonha.

Como recompensa pela ajuda no combate aos infiéis, D. Afonso VI deu a mão de sua filha bastarda D. Teresa a D. Henrique e um território para ele governar, o Condado Portucalense, e a mão da outra filha D. Urraca a D. Raimundo e o Condado da Galiza para ele governar.

D. Henrique continuou com sua expansão territorial, na luta contra os mouros, anexando, assim, outros territórios ao sul do condado. Esta política expansionista foi seguida também por seus sucessores:

A partir de então, os reis portugueses vão, por conta própria, prosseguir a luta contra os mouros, estendendo cada vez mais ao sul os seus domínios. Lisboa é conquistada em 1147 e o processo termina em 1249, com a tomada de Faro. Portugal fixa então os limites de seu território, praticamente inalterados desde 1249 até hoje (Bagnó, S/D, p. 36).

Com a morte de D. Henrique em 1112, o governo do Condado Portucalense passa para D. Teresa uma vez que o herdeiro D. Afonso Henriques tinha apenas 4 anos nesta ocasião.

Em 1.121 D. Teresa se auto intitula rainha. Justamente neste momento começaram os conflitos com o alto clero. Mas, foi, sobretudo suas intimidades com Fernão Paes, fidalgo galego, o qual foi por ela nomeado governador do distrito do Porto, que provocaram a revolta dos portucalenses e do próprio filho, uma vez que haviam sido, sumariamente afastados, por forasteiros, de qualquer participação e gerenciamento da vida pública do condado.

Pouco tempo depois em 1.125 com apenas 14 anos de idade, o ainda muito jovem Afonso Henriques se proclama cavaleiro tornando-se assim um guerreiro independente e começa a lutar contra os interesses da mãe.

Em 1.128, o Infante Afonso Henriques vence a batalha de S. Mamede, travada entre seus partidários e os partidários de sua mãe. A partir deste momento Afonso Henriques comanda o condado Portucalense e fará dele o futuro reino de Portugal.

Lutando contra os muçulmanos, em 1.139, Afonso Henriques conseguiu uma significativa vitória contra os mouros na batalha de Ourique. Logo após esta importante vitória contra os mouros a independência de Portugal é proclamada por Afonso Henriques. Desta maneira, em 1.139, nasce o reino de Portugal e sua primeira dinastia, tendo como soberano o rei Afonso I de Borgonha.

Apesar da independência de Portugal ter sido proclamada em 1.139, somente em 5 de outubro de 1.143 foi reconhecida pelo rei de Castela Afonso VII, no tratado de Zamora, pondo fim às contendas entre as duas partes.

Após o tratado de Zamora, D. Afonso I empenhou-se com todas suas forças para consolidar a independência de seu território. Em uma época quando as boas relações com a Cúria Romana, era algo imprescindível para a arte de governar, o novo monarca em uma atitude de boa diplomacia, fez importantes doações para a Igreja e propiciou a fundação de vários conventos. Em um ato de subserviência, dirigiu-se ao papa Inocêncio II e declarou o

Reino de Portugal tributário da Santa Sé e ao mesmo tempo reclamava para a nova monarquia a proteção Pontifícia.

Foi preciso esperar o ano de 1.179 para que o papa Alexandre III reconhecesse, através da bula *Manifestis probatum*, a existência do Reino de Portugal como país independente e vassalo da santa Igreja Católica Apostólica Romana.

4.1 Os Moçárabes

Os moçárabes eram cristãos ibéricos, geralmente de tradição visigótica, que não se converteram ao islão. Por viverem sob o governo mulçumano adotaram elementos da língua e cultura árabes. A denominação moçárabe vem do árabe *برعرتسم* (*musta'rab*), que significa arabizado.

A palavra moçárabe é polissêmica, além de indicar um grupo específico de pessoas, é utilizado, também, para designar um fenômeno linguístico característico da península ibérica, fruto do encontro do processo de dialeção do latim em contato com a língua árabe. O moçárabe, enquanto manifestação linguística, era um romance com fortes influências da língua árabe que nunca se constituiu em um padrão comum de linguagem. Este dialeto próprio era em alguns aspectos semelhantes ao romance que viria a ser batizado como língua portuguesa. A comunidade moçárabe ao mesmo tempo em que utilizava seu dialeto em ambientes familiares e em contextos coloquiais, usava o árabe como língua oficial e de cultura:

No século VIII, os povos muçulmanos invadiram a Península Ibérica. Compreendiam os árabes e os berberes e eram chamados de mouros pelos habitantes da Península, que foi totalmente dominada. O árabe era a sua língua de cultura e religião, o islamismo. Tanto a língua quanto a religião eram muito diferentes da língua falada na região e não houve imposição de uma ou outra. A língua árabe era a oficial, mas o latim, já bastante diferenciado, era a língua de uso (MATTOS, 2010, p.80).

Sob o domínio muçulmano, na época do islão clássico, tanto judeus como cristãos eram conhecidos como Dhimmi. A presença dos Dhimmi era tolerada mediante o pagamento de tributos e a sujeição a um status inferior.

Uma característica do início do domínio árabe sobre os cristãos, por visarem, sobretudo a cobrança de impostos dos subjugados e não a submissão cultural e religiosa, era

certa tolerância para com os vencidos. Na maioria das vezes respeitava a religião dos conquistados, seus costumes, suas línguas e até mesmo as demarcações geográficas existentes. Esta relativa tolerância possibilitava que estas comunidades de povos conquistados pudessem ter autonomia concernente à magistratura e à religião.

Talvez seja esse processo histórico de invasões e de guerras entre diferentes povos, onde os árabes, apesar de sua superioridade cultural, respeitavam, de certo modo, a língua de seus subjugados, que explique a formação das línguas e dialetos românicos da Península Ibérica, que surgiram e se desenvolveram nas regiões onde o latim alcançara política e socialmente, as raízes mais profundas.

Mas, a partir da época das Taipas a situação dos Dhimmi piora substancialmente. Esses sofrem perseguições por parte dos Almorávidas e dos Almóadas, o que levou vários deles a se refugiarem junto aos reinos cristãos do norte.

Foi justamente no sul da Península Ibérica, onde o domínio mouro foi mais intenso, que se formou a cultura moçárabe, que serviu por longo tempo de intermediária entre o mundo cristão e o mundo mulçumano. Com a invasão da Península pelos mouros, a língua árabe foi adotada como língua administrativa nas regiões conquistadas. Mas, a maior parte da população não falava árabe.

Apesar dos árabes possuírem uma cultura muito desenvolvida, esta era muito diferente da cultura local, o que gerou resistência por grande parte da população: sua religião, língua, e hábitos eram completamente diferentes.

Neste período de dominação moura, o árabe era falado juntamente com o latim vulgar já em pleno processo de dialeção.

Embora, os árabes tenham permanecido por muito tempo na península, a influência que exerceram na língua foi pequena. Ficou restrita ao léxico.

Quando se considera a influência árabe no português, o único aspecto que ressalta é o da contribuição lexical, porque, realmente, não há razões — não houve, pode ser que venha a haver — para suspeitar que qualquer coisa, na área do sistema do árabe para o português, haja aparecido. Admitiu-se, durante algum tempo, que certa aspiração que o espanhol apresenta pudesse, por acaso, haver provindo da forte influência árabe. Mas, para a língua portuguesa, essa hipótese jamais foi formulada⁶.

Por serem os mouros muito superiores intelectualmente aos cristãos, os moçárabes acabaram por adotar inúmeras palavras da civilização dos árabes ou por eles divulgadas

⁶ Texto extraído de HOUAISS. As projeções da Língua Árabe na Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://hottopos.com/collat7/houaiss.htm>.> Acesso em 20 jan. 2016.

juntamente com as ciências, artes e técnicas Greco – arábicas:

A influência do idioma árabe não foi tão grande, como era de se esperar, apesar do seu longo uso a par do romance. Exerceu-se quase exclusivamente no domínio do vocabulário.

Os termos desta procedência, incorporados ao léxico peninsular, são quase todos nomes de plantas, instrumentos, ofícios, medidas, etc. Não pequeno também foi o contingente de vocábulos com que o árabe contribuiu para a geografia regional (COUTINHO, 2005, p. 54).

Como se explica esta limitada influência do árabe sobre a língua portuguesa, limitando-se quase que exclusivamente aos aspectos lexicais, apesar do longo período de convivência?

Segundo Houaiss para que possamos entender essa limitação ao léxico, da influência do árabe sobre o português, temos que fazer uma distinção entre uma língua natural e uma língua de cultura. Na Península Ibérica, no contexto do surgimento da língua portuguesa, o árabe e o latim eram línguas de cultura enquanto que os vários falares florescentes eram línguas naturais.

Se levarmos em consideração que o português primitivo possuía um vocabulário limitado a cerca de 3.200 palavras e que a contribuição lexical do árabe para a língua portuguesa gira em torno de 1.000 palavras, veremos que a contribuição do árabe para o português, em um primeiro momento, não é tão insignificante assim.

A partir do momento em que a língua portuguesa ganhou identidade nacional e tornou-se também língua de cultura e os árabes foram sendo expulsos, a influência da língua árabe ficou limitada ao léxico usado no período em que a língua portuguesa era meramente uma incipiente língua natural.

O moçárabe como fenômeno linguístico precede o aparecimento da língua portuguesa e serviu como mediador na comunicação entre cristãos e os conquistadores muçulmanos que falavam a língua árabe. No momento em que nascia a língua portuguesa como língua natural, a língua de cultura na Península Ibérica era o árabe. Neste contexto o moçárabe, língua românica impregnada de arabismos, era utilizado como língua de intermediação entre cristãos e muçulmanos. Tais circunstâncias favoreciam imensamente o prevaletimento da língua árabe sobre aquela que um dia viria a ser a língua portuguesa. Mas, uma vez mais os fatos mudaram o rumo da história: com a Reconquista houve a expulsão dos árabes e o fim das comunidades arabizadas, possibilitando o florescer da língua portuguesa e dando-lhe a possibilidade que viesse a ser também ela língua de cultura. Sem a Reconquista é impensável a possibilidade da existência de uma língua românica aos moldes da língua portuguesa nascida na Península

Ibérica.

Afinal de contas, mesmo limitando-se ao léxico, a influência do árabe na língua portuguesa não poderia deixar de ser importante, pois foram oito séculos de permanente e muito íntimo contato entre as duas línguas e as duas civilizações.

Hoje podemos detectar pelo menos 17 campos semânticos onde podemos perceber a influência direta da língua árabe sobre a língua portuguesa:

- a) Administração pública: a justiça, as penas, os impostos, as tarifas, os títulos de nobreza e honoríficos: aduana, alforria, leilão, xerife, assassino, açoite;
- b) A guerra, o exército, a marinha, as armas, a náutica: algema, alferes, arsenal, calibre, alvoroço;
- c) A vida social e as relações sociais: a religião, os mitos, a filosofia, as doenças, os medicamentos, a língua: mesquinho, fulano, xarope, máscara, xadrez, almanaque, elixir;
- d) A vida privada: o corpo, o mobiliário, o vestuário, a alimentação, os utensílios: ataúde, almofada, jarra, taça, cuscuz, algibeira, garrafa, sofá;
- e) A nomenclatura rural e urbana: a casa, os transportes, os acidentes geográficos, astronomia, astrologia, os fenômenos da natureza: arrabalde, alcova, chafariz, (ar)recife, azulejo, saguão;
- f) A flora: algodão, limão, alecrim;
- g) Os recursos naturais, a química: anil, alcatrão, âmbar, giz, álcool, soda;
- h) A fauna, a pesca, a pecuária: anta, alazão, papagaio, girafa, javali, alcatra;
- i) A agricultura: azeitona, açude, gergelim, berinjela, espinafre, café;
- j) Os pesos e medidas, a moeda, a matemática: alqueire, resma, quilate, álgebra, algarismo, zero;
- k) O comércio e a indústria: açogue, alfaiate, armazém, alambique, sucata;
- l) As dinastias, a etnias, os gentílicos: berbere, beduíno, mudéjar, male;
- m) As cores: azul, lilás;
- n) Os adjetivos: cafre, chué;
- o) Os instrumentos gramaticais: até, arre, de balde;
- p) Os verbos: atarracar, embelecar, safar;
- q) Saudações: salamaleque⁷.

⁷ Disponível em: <https://www.lettras.ufg.br/up/25/o/VIISLE_19.pdfSebba>. Acesso em: 15 fev. 2016.

5 LATIM OU ROMANCE

Com a expansão do Império Romano, os povos vencidos aprenderam a língua dos conquistadores e esta se sobrepôs aos falares locais. Ao mesmo tempo que se sobrepunha aos falares locais, o latim, na sua versão popular, assimilava elementos dialetais incorporando-os ao seu sistema linguístico. Nas províncias, de fato, não se falava, comumente, o latim clássico, mas sim um latim impregnado de forasterismos, diferente de lugar para lugar, dependendo da região onde era falado. Desta forma o latim vulgar, em contato com os diversos estratos linguísticos precedentes e subsequentes, foi sofrendo transformações significativas ao longo de sua história. Tais transformações são marcantes, sobretudo na fonética, no léxico e sintaxe.

As línguas românicas resultam da história dos povos dominados pelo exército romano e pela convivência da língua nativa deles com a que lhes foi imposta e sobreposta pela força e pela cultura mais avançada. Em todos os casos dessas línguas, as línguas nativas resistiram algum tempo, sempre com menos falantes e por fim sem nenhum, aparecendo mais uma língua morta de um povo vencido por outra cultura por lhe terem tirado o tempo necessário para o seu avanço em direção ao futuro (MATTOS, 2010, p. 52).

Depois das invasões bárbaras, os vários falares vulgares começaram a evoluir-se, até tornarem-se verdadeiras línguas. A evolução de cada uma destas línguas foi de certa forma autônoma, no sentido que dependiam do superestrato linguístico do povo invasor, mas todas tiveram algumas características em comum, por causa do substrato latino, na sua versão vulgar, já arraigado fazia séculos na Península Ibérica.

O latim vulgar incluía todas as formas típicas da língua falada que portanto, justamente por tal natureza, eram mais facilmente influenciáveis por mudanças linguísticas e por influxos derivados de outras línguas.

A partir do *sermo provincialis* de cada região desenvolveram-se dialetos e línguas romances, que já no início do ano mil deram vida a uma situação linguística bem heterogênea. Na península ibérica teremos o antigo galego do qual derivará o português e o galego modernos; os dialetos castelhanos/asturianos dos quais derivará o espanhol, o aragonês e numerosos dialetos moçárabes sucessivamente extintos com a reconquista.

O galego, o português, o castelhano, como também a maioria das línguas da região, exceção feita ao basco, originaram-se do processo de romanização da Península aliado ao substrato indo-europeu característico de cada localidade e ainda somado aos

superstratos germânicos e aos adstratos vizinhos (GARCIA, 2009, p.25).

Em um primeiro momento temos uma realidade linguística diglósica, a qual durou alguns séculos, onde se falava um dialeto próprio de cada região, mas se escrevia em latim.

Geograficamente falando o surgimento das primeiras tentativas de produção escrita em língua vulgar, na Península Ibérica, aconteceu em um movimento que gradualmente foi-se expandindo do norte para o sul e do oriente para o ocidente.

El inicio de la producción de textos en lengua vulgar tuvo lugar en una época en la que los reinos, que dividían el norte peninsular, mostraban una notable heterogeneidad lingüística. Ninguno podía identificarse con una sola lengua. En el leonés se hablaban variedades lingüísticas que hoy se identificarían con el gallego, por un lado, el astur-leonés, por otro y, dependiendo del momento, con el castellano (Cartelle, 2007, p.211).

Dentro desta heterogeneidade linguística, a definição de saber em que idioma estão escritos os diversos textos produzidos nesta época, é sempre passível de discussão. Nem sempre é fácil decidir se o documento que se encontra na fronteira linguística pertence à escrita tardo/latina ou ao paleo-romance. É difícil! Muitas vezes não sabemos se optamos por um latim impregnado de elementos vulgares ou por um romance que se encontra ainda muito latinizado. Quais são os critérios para delimitar esta fronteira? Eis a questão!

Neste contexto de hibridismo linguístico encontramos o latim como referência de língua de cultura, relacionado com a modalidade escrita e o vulgar como língua franca de comunicação e expressão da oralidade. Ambas as línguas vinham utilizadas de modo confuso e complementar. Em tal circunstância, era inevitável o uso de ambos os códigos nas tentativas da produção escrita. O escriba oscilava entre os dois extremos: norma escrita, até certo ponto estável e a variedade do romance falado. Neste cenário os sistemas linguísticos conviviam em uma simbiose formando aquilo que na sociolinguística poderíamos chamar de “*interglossia*”, isto é, a mescla de dois códigos linguísticos diferentes. A preponderância de um ou de outro código se dava em decorrência da função ou situação comunicativa, onde a discricionariedade do redator era fundamental em relação ao grau de formalidade ou não do texto a ser produzido. E também, “O nível de domínio sobre o latín culto que o escribán posuía resultaba ser un factor moi importante, dado que as lagoas na súa competencia neste eran preenchidas mediante interferência (i.e., transferencia de recursos) do seu falar vernáculo” (MONTEAGUDO, 2007, p.191).

O nascimento de uma língua não é algo que se possa delimitar temporal e cronologicamente, ou seja, não podemos determinar com precisão quando e onde determinada língua começou como língua autônoma.

O nascimento das línguas neolatinas foi acontecendo a partir de uma progressiva separação entre a língua que era usada na escrita, neste caso o latim, e a língua falada em determinada região.

A passagem do latim para o romance está condicionada a uma relação filogenética, onde o romance começa sendo uma simples variação discursiva, no âmbito da oralidade e depois se torna uma diversidade idiomática, tornando-se o latim cada vez mais uma língua “artificial”, aprendida na escola, e o romance língua franca espontaneamente adquirida. Neste processo evolutivo ocorre uma inter-relação entre oralidade e escrita.

A origem do romance escrito se deu com a necessidade de grafar em textos, características que eram utilizadas somente no âmbito da oralidade. Percebe-se assim uma espécie de pressão da língua falada sobre a língua escrita. Um esforço para construir um código gráfico que corresponda a um novo código fonológico, que talvez comece de modo inconsciente e vai se tornando intencional a partir do momento em que a comunidade passa a perceber certa identidade linguística.

Em um contexto “*diassistêmico*”, onde encontramos, por um lado, o latim em pleno processo de obsolescência e por outro o vulgar em incipiente processo de gestação, muitas vezes torna-se difícil estabelecer a identidade idiomática do texto escrito devido sua heterogeneidade.

Segundo o estudioso galego J. A. Souto Cabo, em um ambiente paradoxal de nascimento e morte de modalidades linguísticas podemos encontrar textos com as mais diversas tipologias:

a) textos latinos com segmentos compactos em vernáculo; b) textos latinos, ou de adscrição idiomática imprecisa, caracterizados por uma presença geral, mais difusa, de elementos vernáculos; c) textos romances, contendo em maior ou menor grau resultados exclusivamente latinos (MONTEAGUDO, 2007, p. 287).

Se, realmente, quisermos entender a gênese dos primeiros textos escritos em vernáculo, em nosso caso, a língua portuguesa, não podemos ignorar o contexto sociolinguístico do aparecimento e evolução destes textos, quando abordamos as primeiras tentativas de elaboração escrita de uma língua, seja ela qual for:

Ao noso parecer, resulta crucial lembrar a situación sociolingüística em que estes textos aparecen, exemplo típico de diglosia clásica, caracterizada por unha especialización funcional ríxida entre un código elevado, o latín, que monopoliza unha serie de ámbitos de uso, xéneros de discurso e estilos ‘altos’ —en particular os relacionados coa escrita—, e un código baixo, o romance, confinado á oralidade. Dito así, pode parecer que a situación de referencia é sinxela, pero esta é unha impresión enganosa: trátase dun escenario extraordinariamente complexo, caracterizado por un alto grao de fluidez e unha extrema borrosidade. O escribente (preferimos usar este termo e non o de ‘falante’, pois a cuestión céntrase coa escrita) manexaba un repertorio lingüístico difuso, nun extremo do cal se situaba unha norma escrita ‘latina’ razoablemente focalizada e máis ou menos estable (cos matices a que logo nos referiremos), e no noutro un conxunto de variedades romances faladas en incipiente proceso de decantación e de recoñecemento, moito menos focalizadas e dabondo inestables. Simplificando, podemos imaxinar ese repertorio como constituído por un abano de variedades ordenadas nunha escala implicacional, gradualmente dispostas desde un polo ‘máis latín’ a outro ‘máis romance’ (MONTEAGUDO, 2007, p. 289).

Levando em consideração o complexo contexto sociolingüístico da Península Ibérica no momento em que nasciam as diversas modalidades do romance escrito naquela região, temos que considerar alguns fatores que, segundo Henrique Monteagudo, foram determinantes para esta evolução:

- a) o latín carecía de falantes nativos e o seu uso estaba restrinxido á escrita, o cal ten consecuencias importantes canto á competencia lingüística dos produtores de textos en latín e ao tempo canto á definición da norma lingüística *cultivada* (enténdase: do conxunto das subnormas que correspondían a cadansúa modalidade de ‘latín’). Cada usuario do latín escrito operaba cun repertorio lingüístico nesa lingua máis ou menos amplo e máis ou menos próximo a cada unha das subnormas de referencia, un repertorio que, salvo para os escasos individuos intensivamente instruídos, consistía en modalidades diferentemente graduadas de ‘interlectos (semi-) fosilizados’ latino-romances (véxase abaixo, c);
- b) dada a carencia de modalidades exemplares dotadas dunha razoable definición, estabilidade e fixeza (carencia vencellada á inexistencia dunha modalidade escrita establecida), ás variedades romances correspondía cadansúa (sub)norma que podemos caracterizar por três trazos: (1) borrosa verbo do eixo de variación diatópica (isto, é, na dimensión horizontal, dunhas a outras variedades), (2) inestable verb do eixo de variación diacrónica (coexistencia profusa de variantes conservadoras e innovadoras), e (3) fluída verbo do eixo de variación diatópica ou estilística (como xa vimos);
- c) nas devanditas condicións, a interferencia no latín escrito da fala romance desembocou na constitución de variedades intermedias medianamente estabilizadas, que se poden caracterizar en termos de maior ou menor conformidade á norma latina culta e maior ou menor permeabilidade en relación á oralidade vulgar;
- d) xa que nos referimos á escrita, non pode esquecerse a grande proximidade lingüística entre o latín (especialmente as modalidades escritas medievais) e o romance, nin o feito de que os sistemas grafémicos romances emerxeron a partir do sistema latino, nun lento proceso ‘de destaque’ e mediante unha adaptación progressiva (MONTEAGUDO, 2007, p. 290).

6 PRIMÓRDIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Historicamente falando é impossível estabelecer o momento preciso do nascimento da língua portuguesa. Há um grande hiato, de vários séculos, entre o momento em que temos evidência de que a língua utilizada era indiscutivelmente o latim e o momento em que fica evidente que os textos escritos são redigidos incontestavelmente em outra língua, não mais em latim. Há um movimento da língua utilizada que vai paulatinamente distanciando-se cada vez mais do latim e dando corpo à língua que viria a tornar-se língua portuguesa.

Chamo a atenção para o facto de que nem a data do nascimento da nação portuguesa é pacífica: 1128 (batalha de S. Mamede), 1143 (Tratado de Zamora) ou 1171 (*data da bula Manifestis probatum em que o papa Alexandre III reconhece D. Afonso Henriques como primeiro rei de Portugal. Alguns autores apontam também a data de 1140, data – muito incerta e não rigorosamente estabelecida – da batalha de Ourique em que D. Afonso Henriques se autoproclamou Rei de Portugal ou terá sido aclamado pelas suas tropas ainda no campo de batalha.*

Ora, se não se sabe quando nasceu a nação portuguesa, não deveríamos estranhar a dificuldade em determinar quando nasceu a língua portuguesa. Não se sabe então quando nasceu a língua portuguesa? Não. Tem-se apontado o testamento de D. Afonso II como o primeiro documento oficial em língua portuguesa, considerando-se o galaico-português ou galego-portucalense a língua até então falada. Sabemos com rigor que o testamento do rei D. Afonso II data de 27 de julho de 1214. Então a língua portuguesa terá feito 800 anos em 2014, no passado mês de julho⁸.

Seguindo os rastros deixados pela evolução do que viria a ser a língua portuguesa, nos deparamos com alguns registros que até hoje, dentro do que se conhece, são considerados os documentos, não literários, mais antigos da língua, posteriormente, ovacionada por Olavo Bilac como a última flor do Lácio. São documentos de carácter notarial que começaram a aparecer no século IX, escritos em um linguajar misto, que utilizava como base o latim tardio permeado de interferências vernáculas.

Dentre os documentos, de constituição híbrida, chamados impropriamente de latino-portugueses, pois não existia ainda a língua portuguesa, o mais antigo de que se tem notícia é a doação à Igreja de Souzelo, escrito no ano de 870 DC. Mesmo tratando-se do documento latino-português mais antigo, não é um documento original, mas sim uma cópia do século XI. Assim sendo, o documento latino-português original mais antigo conhecido passa a ser a carta

⁸ Comunicação apresentada pela professora Isabel Casanova (Universidade Católica Portuguesa) na mesa-redonda Portugal no mundo – A língua portuguesa e os seus embaixadores, que, promovida pela Universidade Europeia, decorreu em Lisboa, a 13 de maio de 2015. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/oitocentos-anos-de-lingua-portuguesa/3166>>. Acesso em 20 mar. 2016.

de fundação e dotação da Igreja de S. Miguel de Lardosa, escrita em visigótico cursivo, datada de 882DC (cf. figura 6).

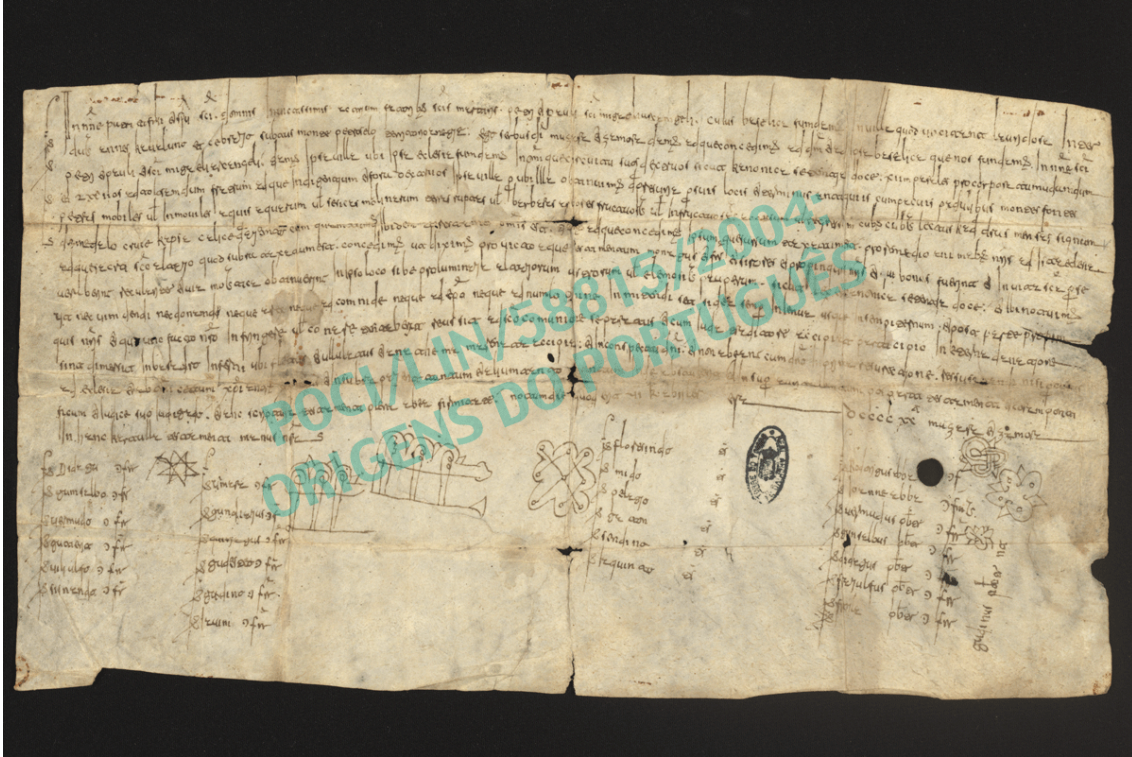


Figura 6 - Carta de dotação e fundação da Igreja de S. Miguel de Lardosa⁹

Abaixo, a transcrição e tradução do texto.

Transcrição

P01|L01(christ s) in nomine patri et fili et spiritu sancti

P02domnis inuictissimis ac triumphatoribus sanctis martiris petri et pauli sancti migaeli arcangeli cuius baselica fundamus in uilla quod uocitant lauridosa inter |L02 duas annes kaulaluno et cebrario subtus monte petroselo territorio anegie

P03ego serbus dei muzara et zamora damus adque concedimus ad deum et ad ipsa baselica que nos fundamus in nomine sancti |L03 petri et pauli et sancti migaeli arcangeli

Tradução Livre

(Cristo) em nome do pai e do filho e do espírito santo para / com (?) Mais invicto e triunfador senhores santos (de ?) Mártir Pedro e Paulo e Arcanjo São Miguel , cuja basílica fundamos no domínio (?) que eles chamam Lauridosa , entre os dois rios Kavaluno e Cebrario abaixo da montanha Petroselo no território de Anegie (?) .

(I, servo de Deus, Muzara e Zamora, dar e reconhecer a Deus e à basílica fundamos , em nome de São Pedro e São Paulo e do Arcanjo São Miguel , damos o domínio

⁹ Disponível em: <<http://latindiscussion.com/forum/latim/carta-ddota%C3%A7%C3%A3ofunda%C3%A7%C3%A3o-da-igreja-de-s-miguel-de-lardosa-882.14646>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

P04damus ipsa uilla ubi ipsa ecclesia fundamus in omnique circuitu suos dextruos sicut kanonica setemtia docet XIIIm pasales pro corpora tumudamdum |L04 et LXX IIos ad toloramdum fratrum adque indigentium et fora dextruos ipsa uilla per ubi illa obtinuimus de presuria per suis locis et terminus antiquus cum pacuis padulibus montes fontes |L05 petras mobiles uel inmoiles aquis aquarum uel sesicas molinarum terras ruptas uel barbaras arbores fructuosas uel infructuosas accessum uel regressum cubus cubas lectus kadedras mensas signum |L06 de medalo cruce kapsa calice de ariemto cum quantumque ibidem a prestamo ominis est

P05[d]amus adque concedimus ipsum que sursum taxatum est per remedio animabus nostris ad ista ecclesia |L07 adque sacrasancto altario quod subra taxatum est

P06concedimus ut diximus pro uicto aque uestimentum monagus et fratres et sirores et propinquis nostris et qui bonus fuerint et in uita sancta perse-ueraberint |L08 seculariter et uia moastica obtinuerint in ipso loco sibe pro luminaria altariorum u[e]strorum uel elemosias pauperum sicut lex et canonica setentia doce

P07et ibi notuimus |L09 ut nec uimdendi nec donandi neque a rex neque ad comnide neque ad episcopo neque ad numlo omine inmitendi set sidea semper inienua usque in sempiternum et post parte propim-quis |L10 nostris

P08et qu unc facto nostro infringere uel conare tentaberit reus sit ad sancto comunione separatus et cum iuda traditore accipia participio in eterna danatione |L11 sint dimersit in baradro inferni ubi fletus et ullulatus et anathema marenata accipiat et in conspectu domini et non abeant cum domino in prima resurectione ressusitandi nisi perc[usu]s |L12 ad ecclesia et ab omni cetum christianorum [separatus?] *et insubra parient tantum et alium tanto [qu]antum inde abstulerit et insuper auri talemum pos parti testamenti et coram pontificum |L13 et iudice suo iudigado et anc scriptura testamenti plena abea firmitate*

P09notum die quod erit VI kalendas abriles era DCCCCXX^a

P10muzara et zamora |L14 in hanc kartulla

onde se fundou a basílica em toda a sua circunferência seus (dextruos ? edifícios?) , como a sentença canônica ensina , 12 (?) (pasales ?) para o sepultamento de cadáveres , 77 (?) para Logde (?) os irmãos e os pobres , e fora (dextruos ? o edifícios) da própria domínio through os lugares onde nós obtidos, a partir de (pesuria ?) , por meio de seus lugares e seus antigos limites com seus gado, pântanos , montanhas e molas , móveis ou pedras não podem ser movidos (?) , fontes de águas , correr ou secas up (realmente eu estou completamente supondo aqui) das usinas (?) , as terras , cultivadas ou não cultivadas , as árvores , a dar frutos ou não, entrada e saída (?) , (cubus cubas ?) , camas, cadeiras, mesas , o sinal (??) da medalha (?) , a cruz , a caixa , o cálice de prata com tudo o que é (disponível ?) lá.

Nós damos e admitem que é mencionado acima, para a cura de nossas almas , para a igreja e altar sagrado mencionado above.We admitir que , como já dissemos , para o seu sustento e vestuário, para os monges e irmãos e irmãs e para nossa família e para aqueles que têm sido bons e perseveraram em uma vida santa , como leigos e tomaram o caminho monástica neste lugar para as luzes dos seus altares e as esmolos dos pobres como a lei canônica e sentença ensina , e temos observou (?) lá que ele não deve ser vendido ou doado ou transmitido nem a um rei nem a um nem a contagem de um bispo , nem a nenhum homem, mas que deve sempre permanecer livres para sempre e na posse da nossa família.

E que o único que vai ter tentado quebrar o que temos feito é culpado e segregada do comunhão santamente e que ele possa receber sua parte na condenação perpétua com o treator Judá e que eles possam ser imerso no abismo do inferno , onde há lágrimas e gritos e que ele possa receber (marenata ?) anátema aos olhos do Senhor e que ele possa não ressuscitar com o Senhor na primeira ressurreição , a menos que ele seja (percusus ?) para a igreja e segragated

*testamenti manus nostra*¹⁰ s.

de toda a comunidade cristã e dar , além de tanto quanto e mais do que o que ele roubou de lá e (pagamento) , além de um talento de ouro (depois de parte do testamento ??) na presença dos sacerdotes e seu juiz (julgado ?? ser julgado por seu juiz ?) , e deixe este testamento escrito ter força total / autoridade.

Escrito no 6º dia antes das calendas de abril (na 920a ano ?? Nenhuma pista .) .

Nós , Muzara e Zamora, (ter escrito ?)
Nesta página do testamento com nossas próprias mãos.

Segundo Ana Maria Martins, podemos encontrar testemunho do português escrito somente a partir da segunda metade do século XII. O documento mais antigo escrito em língua portuguesa de que temos notícia foi encontrado por ela, que atualmente é professora da Universidade de Lisboa. Em 1999, enquanto pesquisava no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, elementos para a sua tese de doutorado, deparou-se com um texto de 1175, denominado Notícias de Fiadores.

A partir de então a Notícia de Fiadores é, segundo Ana Maria Martins e alguns outros estudiosos, o documento mais antigo datado escrito em língua portuguesa, de que temos notícia. Documento este que consiste em uma pequena lista de nomes que termina com uma única frase que nos leva a vislumbrar uma sintaxe e morfologia portuguesas.

Talvez, por tratar-se de um texto bem pequeno e muito pobre linguisticamente falando, a caracterização da Notícia de Fiadores como o “mais antigo” não foi consensualmente aceite na comunidade de filólogos portugueses. Segundo alguns destes filólogos um texto que se reduz quase que exclusivamente a uma lista de nomes próprios não possui elementos suficientes para classifica-lo com exatidão, em tal contexto sociolinguístico de transição, em que língua realmente está escrito. “Nesas condições ¿non será problemático clasificar sen matices como romance un texto que consiste en pouco máisque unha lista de nomes propios?” (MONTEGUDO, 2007, p.293).

A Notícia dos Fiadores (figura 7) é um documento que pertence ao fundo documental

¹⁰ Transcrição interpretativa da Carta de 882 (com divisão do texto em parágrafos e em linhas numeradas; restituição de texto omissos ou ilegíveis), feita pelo Pe. Avelino Jesus da Costa.

do Mosteiro de São Cristovão do Rio Tinto, cuja intenção do autor é elencar os fiadores de um nobre senhor de Paiva. Pertence ao gênero notícia que “é um gênero diplomático específico que tem por fim registrar informalmente determinados factos e elementos com o fim de preservar a sua memória” (MARTINS, 2007, p.191).



Figura 7 - Notícias de Fiadores (Ano 1.175)¹¹

Abaixo, as versões comparadas na forma antiga e em português atual.

Versão antiga

Noticia fecit pelagio romeu de fiadores
Stephano pelaiz .xxi. solidos lecton .xxi.
soldos pelai garcia .xxi. soldos. Gūdisaluo
Menendici. xxi soldos /2 Egeas anriquici
xxxta soldos. petro cōlaco .x. soldos.
Gūdisaluo anriquici .xxxxta. soldos Egeas
Moníici .xxti. soldos [i l rasura] Ihoane
suarici .xxx.ta soldos /3 Menendo garcia
.xxti. soldos. petro suarici .xxti. soldos Era
Ma. CCaa xiiiitia Istos fiadores atan .v.
annos que se partia de isto male que li
avem. Ana maria Martins,
emrergencia.....¹²

Versão em português moderno (tradução livre)

Pelágio Romeu lista aqui seus fiadores: para Pedro Colaço, devo dez contos; para Estevão Pais, Leitão, Paio Garcia, Gonçalo Mendes, Egas Moniz, Mendo Garcia e Pedro Soares, deve vinte contos; para João Soares, trinta contos, e para Gonçalo Henriques, quarenta contos. Agora estamos em 1175, e só daqui a cinco anos vou ter que pagar esses patrícios! (Tradução do autor).

Neste processo de emancipação da escrita vernácula, o distanciar-se do latim, passou por um processo secular. Mesmo quando identificamos textos já considerados como romances

¹¹ Disponível em: <<http://www.cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>> Acesso em 28 mar. 2016.

¹² Fonte: (Martins, 2007), disponível em: <http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsEmergencia.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

encontramos dois tipos de escrita, que Ana Maria Martins denomina de inovadora e conservadora.

Por exemplo, como explicar o fato de que dois textos coevos, Notícia de Torto e Testamento de D. Afonso II, ambos escritos em língua vulgar, tenham tantas diferenças grafêmicas e de estilo?

Aqui, uma vez mais, temos que nos reportarmos ao contexto sociolinguístico da produção dos textos supracitados, para que possamos entender quais são os motivos norteadores desta diferenciação na produção (elaboração) escrita de tais textos:

No proceso de constitución das *scriptae* romances detéctanse, efectivamente, dúas correntes distintas. Dunha banda está a deriva espontánea, lenta e sinuosa, das *scriptae* latino-notariais que se deixan ir permeando das variedades faladas baixo a influencia dunha serie de factores, algúns xa evocados nestas páxinas: a maior ou menor instrución dos escribáns, a crecente infiltración de elementos léxicos dificilmente 'convertibles' ás grafías latinas (topónimos, neoloxismos...), a presión a prol dunha maior comprensibilidade dos escritos, a configuración de estilos de lingua vulgarizados que se asocian a certos tipos de texto... Doutra banda, xorde a intervención deliberada de determinados centros dotados por un lado do saber suficiente para elaborar un produto cultural e tecnicamente tan sofisticado como é un novo sistema scriptolingüístico e por outro lado de poder bastante para difundilo e impoñelo nun territorio e/ou un ámbito político-cultural determinado (MONTEAGUDO, 2007, p. 295).

Uma das possíveis explicações para esta diferença é que a escrita conservadora é mais espontânea (usada em documentos particulares) enquanto que a inovadora é trabalhada deliberadamente e dotada de competência técnica (usada em documentos da chancelaria).

Como exemplo de escrita conservadora temos A Notícia do Torto (figura 8), que é um documento particular, e como exemplo de escrita inovadora temos o Testamento de D. Afonso II, que é um documento da Chancelaria.



Figura 8 - Testamento de D. Afonso II, (ano 1,214.)¹³

¹³ Disponível em <<http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=200203>> Acesso em 25 mar. 2016.

Abaixo, a transcrição do texto supracitado:

En'õ nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios e de me(us) uassalos e de todo meu reino fiz mia mãda p(er) q(ue) depos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(ue)las cousas q(ue) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)meiram(en)te mãdo q(ue) meu filio infante don Sancho q(ue) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)m(en)te e en paz. E ssi este for morto sen semmel, o maior filio q(ue) ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz. E ssi filio barõ nõ ouuermos, a maior filia q(ue) ouuermos agia'õ. E ssi no tẽpo de mia morte meu filio ou mia filia q(ue) deuier a reinar nõ ouuer reuora, segia en poder da raina sa madre e meu reino segia en poder da raina e de me(us) uassalos ata q(uan)do agia reuora. E ssi eu for morto, rogo o apostoligo come padre e senior e beigio a t(er)ra ante seus pees q(ue) el recebia en sa comẽda e so seu difindemẽto a raina e me(us) filios e o reino. E ssi eu e a raina formos mortos, rogoli e pregoli q(ue) os me(us) filios e o reino segiã en sa comẽda. E mãdo da dezima dos moraudiis e dos dieiros q(ue) mi remaserũ de parte de meu padre q(ue) sũ en Alcobaza e do outr'auer mouil q(ue) i posermos pora esta dezima q(ue) segia partido pelas manus do arcebispo de Bragaa e do arcebispo de Santiago e do bispo do Portu e de Lixbona e de Coĩbria e de Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaa. E out(ro)ssi mãdo das dezimas das luctosas e das armas e dout(ra)s dezimas q(ue) eu tenio apartadas en tesouros per meu reino, q(ue) eles as departiã assi como uirẽ por directo. E mãdo q(ue) o abade d'Alcobaza lis de aq(ue)sta dezima q(ue) el ten ou teiuer e eles as departiã segũdo De(us) como uirẽ por directo. E mãdo q(ue) a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aq(ue)lias cousas mouils q(ue) eu ouuer a mia morte, exetes aq(ue)stas dezimas q(ue) mãdo dar por mia alma e as out(ra)s q(ue) tenio en uoontade por dar por mia alma e non'as uiier a dar. Et mãdo q(ue) si a raina morrer en mia uida q(ue) de todo meu auer mouil agia ende a meiadade. Da out(ra) meiadade solten ende p(ri)meiram(en)te todas mias devidas e do q(ue) remaser fazam en[de] t(re)s partes e as duas partes agiã me(us) filios e mias filias e departiãse ent(r)'(e)les igualm(en)te. Da t(er)ceira o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e o bispo do Portu e o de Lixbona e o de Coĩbria e o de Uiseu e o d'Euora fazã desta guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu regno fazam aduzer meu corpo p(er) mias custas a Alcobaza. E mãdo q(ue) den a meu senior o papa #MMM m(o)r(auidiis), a Alcobaza #MM m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, a Santa Maria de Rocamador #MM m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario a Santiago de Galicia #MM #CCC m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ao cabidoo da Séé da Idania mill(e) m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ao moesteiro de San Gurge #D m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ao moesteiro de San Uicête de Lixbona #D m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, aos caonigos de Tui mill(e) m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario. E rogo q(ue) cada un destes añiu(er)sarios fazam sêp(re) no dia de mia morte e fazam t(re)s comemorazones en t(re)s partes do ano e cada dia fazam cantar una missa por mia alma por sêpre. E ssi eu en mia uida der estes añiu(er)sarios, mãdo q(ue) orem por mi come por uiuo

ata en mia morte e depos mia morte fazam estes añiu(er)sarios e estas comemoraciones assi como suso e nomeado, assim como fazem en'os out(ros) logares u ia dei meus añiu(er)sarios. E mado q(ue) den ao mestre e aos freires d'Euora #D m(o)r(auidiis) por mia alma, ao comendador e aos freires de Palmela #D m(o)r(auidiis) por mia alma. E mado q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mada en mia vida q(ue) non'o busque nenguu depos mia morte. E o q(ue) remaser daq(ue)sta mia t(er)cia mado q(ue) segia partido iguالمẽte en cinq(ue) partes das quaes una den a Alcobaza u mando geitar meu corpo. A out(ra) ao moesteiro de Santa Cruz, a t(er)ceira aos Tẽpleiros, a q(ua)рта aos Espitaleiros, a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e os cinque bispos q(ue) suso nomeamos segũdo Deus. E den ende aos omees d'ordin de mia casa e aos leigos ||a|| q(ue) eu nõ galardoei seu servizo assi com' eles uirem por guisado. E as out(ra)s duas partes de toda mia meiadade segiã departidas iguالم(en)te ent(re) me(us) filios e mias filias q(ue) ouuer da raina dona Orraca assi como suso e dito. E mado q(ue) aq(ue)ste auer dos me(us) filios q(ue) o teniã aq(ue)stes dous arcebispos cũ aq(ue)stes cinq(ue) bispos ata q(uan)do agiã reuora. E a dia de mia morte se alguus de me(us) filios ouuerẽ reuora, agiã seu auer. E dos q(ue) reuora nõ ouuerẽ mado q(ue) lis teniã seu auer ata q(uan)do agiã reuora. E mado q(ue) q(ue)n q(ue)r que tenia meu tesouro ou me(us) tesouros a dia de mia morte q(ue) os de a departir aq(ue)stes dous arcebispos e aq(ue)stes cinq(ue) bispos, assi como suso e nomeado. E mado ainda q(ue) se s'asunar todos nõ poderem ou nõ q(ui)serẽ ou discordia for ent(r)'(a)q(ue)stes a q(ue) eu mado departir aq(ue)stas dezimas suso nomeadas, ualia aq(ui)lo q(ue) madaẽ os chus muitos p(er) nõbro. Out(ro)ssi mado daq(ue)les q(ue) mia mada an a departir ou todas aq(ue)lias cousas q(ue) suso sũ nomeadas q(ue) si todos nõ se poderẽ assunar ou nõ q(ui)serem ou discordia for ent(r)'(e)les ualia aq(ui)lo q(ue) madaẽ os chus muitos p(er) nõbro. Mando ainda q(ue) a raina e meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar se a mia morte ouuer reuora e meus uassalos e o abade d'Alcobaza sen demorancia e sen (con)t(ra) dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas suso nomeadas e eles as departiã assi como suso e nomeado. E ssi a mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mado empero q(ue) aq(ue)stes arcebispos e aq(ue)stes bispos departiã todas aq(ue)stas dezimas e todas aq(ue)stas out(ra)s cousas assi como suso e nomeado . E a raina e me(us) uassalos e o abade sen demorãcia e sen (con)t(ra) dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas q(ue) teiuerẽ, assi como suso e dito. E ssi dar nõ li as q(ui)serem, rogo [o]s arcebispos e os bispos com'eu en eles (con)fio q(ue) eles o demãdem pelo apostoligo e p(er) si. E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a t(er)ra ante seus pees q(ue) pela sa santa piadade faza aq(ue)sta mia mada seer (con)p(ri)da e aguardada, q(ue) nenguu nõ agia poder de uinir (con)t(ra) ela. E ssi a dia de mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mado aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos teen de mi en'as t(er)ras q(ue) de mi teem os me(us) riquos omees q(ue) os den a esses meus riq(uo)s omees q(ue) essas t(er)ras teiuerẽ. E os meus riquos omees den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar q(uan)do ouuer reuora, assi como os dariã a mi. E mandei fazer treze cartas cũ aq(ues)ta tal una come outra, q(ue) p(er) elas toda mia mada segia (con)p(ri)da, das quaes ten una o arcebispo d(e) Bragaa, a out(ra) o arcebispo de Santiago, a t(er)ceira o arcebispo de Toledo, a q(ua)рта o

bispo do Portu, a q(ui)nta o de Lixbona, a sexta o de Coĩb(ri)a, a septima o d'Evora, a octaua o de Uiseu, a nouea o maestre do Têplo, a dezima o p(ri)or do Espital, a undezima o p(ri)or de Santa Cruz, a duodecima o abade d'Alcobaza, a t(er)cia dezima facer guarda[r] en mia reposte. E forũ feitas en Coimbria #IIIIor dias por andar de Junio, E(ra) #Ma #CCa #L #IIa.

6.1 A Notícia do Torto

A Notícia de Torto é um documento particular, não datado, redigido provavelmente entre os anos 1214 – 1216 D.C. Pelas características, provavelmente, trata-se de um rascunho que seria passado posteriormente para o latim, no qual D. Loreço Fernandes da Cunha descreve minuciosamente as perseguições sofridas por ele e sua família. Perseguições estas que provavelmente tiveram início no final do reinado de D. Sancho I. A partir de então se desencadearam uma série de maldes onde foram vítimas de roubos, violências e vexames, causados principalmente pelos filhos de Gonçalo Ramires, seu conterrâneo e parente. Segundo Lourenço os filhos de Gonçalo, além de não querer dividir com ele a herança a que tinha direito, desencadearam-lhe uma sistemática série de perseguições com o intuito de despojá-lo de seus bens, além de dirigir-lhe uma série de ofensas. Vejamos:

D. Lourenço Fernandes da Cunha, tendo sido vítima, durante anos, duma série de violências, roubos e vexames por parte dos filhos de Gonçalo Ramires e de outras pessoas, fez um minucioso relatório de tudo, que ficou a ser conhecido pelas três primeiras palavras do texto: Noticia de torto, ou seja, Notícia das malfeitorias que lhe fizeram (COSTA, S/D, p.12).

Em outro documento chamado *Mentio de Malefactoria*, documento não datado, escrito em latim, provavelmente, por volta de 1210, D. Lorenzo Fernandes da Cunha já fizera queixa das violências e maldades por ele sofridas, causadas pelo rei D. Sancho I, quer pessoalmente quer por intermédio de Vasco Mendes. Segundo Pe. Avelino, Notícia de Torto e *Mentio de Malefactoria* são dois documentos que estão intimamente correlacionados e interdependentes.

Junto estes dois documentos porque, além de ambos eles se referirem a injustiças de que foi vítima Lourenço Fernandes da Cunha, são interdependentes, enquanto, em meu entender, a Noticia de torto é posterior e, até certo ponto, consequência da «Mentio de malefactoria». Parece-me, com efeito, que foram as expoliações e violências praticadas contra Lourenço Fernandes da Cunha por D. Sancho I, quer pessoalmente quer por intermédio de Vasco Mendes, que tornaram possível que este rico e poderoso fidalgo fosse injusta e vergonhosamente roubado e vexado por outros fidalgos menos poderosos do que ele. A Notícia de Torto tem inegável valor linguístico, mas tanto ela como a Mentio de malefactoria são documentos preciosos

para o conhecimento da vida económica e social dos sécs. XII-XIII. (COSTA, S/D, p. 12)

A motivação de toda essa queixa é que Lorenzo Fernandes se sente injustiçado, sobretudo pelo fato de nunca haver cometido algum mal àqueles que o perseguem. Além de considerar-se inocente, o que mais deixa Lorenzo Fernandes indignado é o fato de ele ter-se sacrificado por aqueles que agora lhe causam tantos sofrimentos; viajando e gastando dinheiro para ajudá-los, inclusive granjeando vários inimigos por causa deles.

A Notícia de Torto é um texto que se encontra em mau estado de conservação, o que dificulta e até mesmo impossibilita a leitura de várias palavras. É um texto de difícil leitura, sobre tudo, pela confusão gráfica, isto é, o mesmo termo vem escrito de vários modos ao longo do texto. Também nos defrontamos com o uso frequente de termos em latim, talvez pela falta de familiaridade do autor da redação com a língua escrita. Estamos em uma fase onde não existe ainda a padronização da língua, onde a representação da língua escrita era muito próxima da comunicação oral.

Alguns especialistas defendem a tese de que provavelmente trata-se de um rascunho que seria passado posteriormente para o latim, fato que não sabemos se ocorreu, e se ocorreu a versão latina do documento até hoje ainda não foi encontrada. Este carácter de rascunho, talvez explique a apresentação precária do texto, onde encontramos rasuras, redação desordenada e confusa, ortografia extravagante, etc. Além das dificuldades da leitura há ainda as dificuldades inerentes à interpretação, uma vez que trata-se de uma descrição confusa de fatos ocorridos em tempos diversos concernentes à participação de Lourenço Fernandes na herança de Gonçalo Ramires e às perseguições por ele sofridas praticadas por D.Sancho I e seus camaradas.

Não obstante estas deficiências, é o documento de maior interesse linguístico e ortográfico, por ser, para o tempo, único no gênero. É também fonte de grande merecimento para a história social e económica, porque, juntamente com a referida Mentio de malefactoria, além de indicar a fortuna de uma família rica e poderosa, é um testemunho vivo das rivalidades e prepotências que frequentemente se verificavam na sociedade medieval, segundo documentam os Cancioneiros, Inquirições e Livros de Linhagens (COSTA, S/D, p.22)

Podemos perceber a importância deste texto, para o conhecimento da evolução da língua portuguesa, nas palavras de um grande especialista no assunto. Segundo L. F. Lindley Cintra a Notícia de Torto representa para a língua portuguesa um papel semelhante ao que o Serment de Strasburg é para o francês, o que as Glosas Slenses e Emilianenses são para o

espanhol e o Livro dos Banqueiros Florentinos são para o italiano (figura 9).



Figura 9 - O manuscrito original da Notícia de Torto encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. É um documento que integra a coleção: Corporações Religiosas, Mosteiro de Vairão¹⁴.

D(e) noticia d(e) torto que fecer(ũ) a Laurêci(us) Fernãdiz por plazo que fec(e) Gõcauo [2] Ramiriz antre suos filios e Lourêzo Fernãdiz q(u)ale podedes saber: e oue au(e)r d(e) erdad(e) [3] e dau(e)r, tâto q(u)ome uno d(e) suos filios da q(u)ãto podesẽ au(e)r d(e) bona d(e) seuo pater e fiolios seu [4] pater e sua mater. E d(e)pois fecer(ũ) plazo nouo e cõuẽ uos a saber q(u)ale in ille se <e>m [5] taes firmam(en)tos q(u)ales podedes saber: Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz e] [6] Eluira Gõcaluiz forũ fiadores d(e) sua irmana que o[to]rgase aqu[e]le plazo come illos. [7] Sup(er) isto plazo ar fe[ce]r(ũ) suo plecto. E a maior ajuda que illos hic cõnocer(ũ), que les [8] acanocese Laurêzo Fernãdiz sa irdad(e) p(er) p(lec)to que a teuese o abate d(e) S(ã)c(t)o Martino [9] que como uêcesẽ, que asi les dese d(e) ista o abade. E que nunq(u)a illos lecxasẽ [10] daquela irdad(e) sã seu mãdato. Se a lexxarẽ itregarẽ ille d(e) oot(r)a que plaza. [11] E d'au(e)r que ouer(ũ) d(e) seu pat(e)r nu[n]q(u)ã se li id(e) der(ũ) parte. Deu dũ Gõcau [12] o a Laurêco Fernãdiz e Marti Gõc[a]luiz XII casaes por arras d(e) sua auóó. [13] E filar(ũ)li illos ind(e) VI casaes c(ũ) torto. E podedes saber como man- [14] do dũ Gõcauo a sua morte. D(e) XVI casaes d(e) Ueraci que <d(e)> fructar(ũ) e que li [15] nunq(u)a id(e) der[ũ] q(u)innõs. E d(e) VII e medio casaes antre Coina e Bastuzio und(e) li [16] nunq(u)ã der(ũ) q(u)iniõ. E d(e) três i(n) Tefuosa und(e) li nu[n]q(u)a ar der[ũ] nada. E Ilos i(n) Figeeree- [17] do unnd(e) nũq(u)ã li der(ũ) q(u)inõ. E Ilos i(n) Tamal ãd(e) li n(õ) ar der(ũ) q(u)inõ. E da sena- [18] ra d(e) Coina ãd(e) li n(õ) ar der(ũ) q(u)inõ. E d'uno casal d(e) Coina que leuar(ũ) id(e) III anos [19] o frouctu c(ũ) torto. E por istes tortos que li fecer(ũ) tem q(u)a a seu plazo quebrãtado [20] q(u)a li o deuẽ por sanar. E d(e)pois ouer(ũ) seu mal e meteu o abad(e) paz a[n]tre illes [21] i(n) no carualio d(e) Laureedo. E rogouo o abate tâto que beiso c(ũ) illes. E

¹⁴ Disponível em <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=1461698>> Acesso em 28 mar. 2016.

der(ũ)li [22] XVIII morabitos q(u)i li filar(ũ). E d(e)pos iste p(lec)to pre[n]d(e)r(ũ) o seruical otro [23] om(e) d(e) sa casa e troser(ũ)no XVIII dias p(er) mōtes e fecer(ũ)les tã máá prisō [24] p(er) que leuar(ũ) deles q(u)ãto poder(ũ) au(e)r. E d(e)pois li d(e)sũro Gõcauo Gõcauiz [25] sa fili[a] pechena. E irmar[ũ]li XIII casales und(e) perdeu fructu. E isto [26] fui d(e)p <ois> que fur(ũ) fíidos anto abate. E d(e)pois que fur(ũ) ifiados por iuizo d(e) ilo [27] rec. E nuq(u)a ille fez(e) neun mal por todo aqueste e fezeles taes agudas [28] q(u)ales aqui ouireedes. Sup(er) sua aguda fez testiuigo c(ũ) Gõcauo Cebolano. [29] E sup(er) sa ajuda ar fuili a casa e filoli q(u)ãto que li agou e deu a illes. E sup(er) sa [30] ajuda oue testifigo c(ũ) P(e)tro Gomez, omezio q <v> e li custou maes ka C m(orabitos). [31] E sup(er) sa ajud[a] oue mal c(ũ) Goncaluo Gomez que li custou multo da au(e)r [32] e muita perda. E in sa ajuda oue mal c(ũ) Go[n]caluo Suariz. E in sa ajuda [33] oue mal c(ũ) Ramiro Fernãdiz que li custov muito au(e)r muita perda. [34] E in sa ajuda fui Ias fezes a Coi[m]bra. E in sa ajuda dixे mul[ta]s uices [35] e ora in ista tregua fur(ũ) a Ueraci amazar(ũ)li os om(é)s erma[rũ]li X casaes [36] seu torto ai rec. E sup(er) saiid[a] mãdoo lidar seus om(é)s c(ũ) Mar- [37] tint I(o)h(a)n(e)s que q(u)ir[i]a d(e)sũrar sa irmana. E cũ ille e cũ sa casa [38] e cũ seu pam e c(ũ) seu uino uēcestes uosa erdade. E cũ ille [39] existis d(e) sua <casa> in ipso die que uola q(u)itar(ũ). E ille teue a uosa [40] rezõ. E ot(r)as ajudas multas que fez. E plus li a custado [41] uosa ajuda q(u)a li inde cae d'erdad[e]. E subre becio e sup(er) [42] fíim(ẽ)to se ar q(u)iserdes ouir as desõras q <v> e ante ihc fur(ũ) [43] ar ouideas: Vener(ũ) a uila e fila[rũ]li o porco ante seus filios e com- [44] erũsilo. Vener(ũ) alia uice er filar(ũ) ot(r)o ante illes [45] er comer(ũ)sa. Vener(ũ) i(n) <alia> uice er filiar(ũ) una ansar ante [46] sa filia er comer(ũ)sa. I(n) alia uice ar filiar(ũ)li o pane ante [47] suos filios. I(n) alia uice ar ue[ne]r(ũ) hic er filar(ũ) ide o uino [48] ante illos.

Verso do pergaminho:

[49] otra uice (?) uener(ũ)li filar ante seus filios q(u)ãto q < v > e li agar(ũ) i(n) quele [50] casal. E fur(ũ)lix u ueriar (?) e p(ren)der(ũ) ãd(e) o cõlazo und(e) mamou o lec- [51] te e gacar(ĩ)no e getar(ĩ) i(n) t(er)ra polo cecar e le[ua]r(ũ) delle q(u)ãto oue. [52] I(n) alia uice ar fur(ũ) a Feracĩ y e p(ren)d(e)r(ũ) Ilos om(é)s e gacarũnos e le< ua >r(ũ) [53] deles q(u)ãto que ouer(ũ). I(n) ot(r)a fice ar p(ren)der(ũ) ot(r)os Ilos a se[u] irmano P(e)lagio [54] Fernãdiz e iagar(ũ)nos. I(n) ot(r)a ue[ne]r(ũ) a Pegeiros (?) e leuarũso III om(é)s z [55] ante P(e)lagio Fernãdiz¹⁵.

¹⁵ Transcrição disponível em:

https://www.hsaugsburg.de/~harsch/lusitana/Cronologia/seculo13/Torto/tor_noti.html. Acesso em: 25 fev 2016.

7 O TROVADORISMO

Quando falamos do alvorecer da produção escrita em língua portuguesa, não podemos nos esquecer de que ao lado da produção dos textos notoriais e particulares, houve também, mais ou menos na mesma época, um grande florescimento de texto literários escritos em galego-português. As famosas cantigas trovadorescas.

A maioria das cantigas líricas galego-portuguesas manuscritas, de caráter profano, que chegaram até nós, estão reunidas em 3 coleções chamadas cancioneiros:

- a) O cancioneiro da Ajuda, o mais antigo, encontrado na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa, contém 310 cantigas de amor.
- b) O cancioneiro da Vaticana, encontrado na biblioteca do Vaticano, cópia de um manuscrito anterior, contém 1205 cantigas.
- c) O cancioneiro da Biblioteca Nacional é uma cópia italiana de um manuscrito que pertencera, em um primeiro momento, a um humanista italiano chamado Angelo Colocci e posteriormente veio a integrar a biblioteca do conde Brancuti. Essa coletânea contém 1567 cantigas.

Além dos três cancioneiros já mencionados devemos acrescentar outros dois. As Cantigas de Santa Maria, compostas por D. Afonso X de Castela, contendo 420 poemas sacros escritos em galego-português e o cancioneiro de Baena, compilado na metade do século XV por Juan de Baena, contendo também alguns poemas em castelhano.

A morte do imperador Carlos Magno, em 814, desencadeou o enfraquecimento do poder central e obrigou as sociedades medievais a se reorganizar em torno dos grandes proprietários de terras, os senhores feudais.

Uma pequena corte passou a se reunir em torno do senhor feudal. Dela faziam parte membros empobrecidos da nobreza, cavaleiros, camponeses livres e servos. Estavam unidos por uma relação de dependência pessoal: a vassalagem.

As relações entre nobres, cavaleiros e senhores feudais eram regidas por um código de cavalaria baseado na lealdade, na honra, na bravura, na cortesia.

O servilismo dos vassalos ao seu suserano e dos fiéis a Deus dá origem ao princípio básico da literatura medieval: a afirmação da total subserviência de um trovador à sua dama (no caso da poesia) ou de um cavaleiro à sua donzela (no caso das novelas de calaria) (ABAURRE, 2008, p.79).

No século XII, a Europa passa por um momento de prosperidade, o que propiciou um momento de progresso econômico e o surgimento de várias cidades. Com o fim das invasões, e certa estabilidade econômica a função belicosa dos cavaleiros perdeu seu papel tornando-se

praticamente desnecessária. Era preciso encontrar uma nova ocupação para um contingente de cavaleiros ociosos.

Quem vislumbrou a solução para tal problema foi Guilherme IX (1071-1126), duque da Aquitânia e poderoso senhor feudal, possuidor de um dos maiores feudos da Europa. Guilherme IX propôs um novo papel para os cavaleiros através da ideologização de um código de comportamento amoroso: o amor cortês, transferindo a relação de vassalagem entre cavaleiros e senhores feudais para a ovação às damas da corte.

Em sua proposição do amor cortês Guilherme IX estabeleceu os padrões, os elementos e os conteúdos que passariam a compor a base da poesia lírica dos trovadores provençais.

Não há um consenso de qual seria a verdadeira fonte na qual hauriram os primeiros trovadores. Hoje se admitti quatro versões fundamentais que tentam explicar a origem da arte trovadoresca: a tese arábica, essa tese defende a cultura arábica, como sendo sua velha raiz; a tese folclórica, essa tese diz que foi criada pelo seu próprio povo; a tese médio-latina, essa tese diz que essa poesia foi criada na Idade Média, tendo sua origem na literatura latina; e a tese litúrgica, essa tese considera a arte de trovar fruto da poesia litúrgico-cristã, produzida na mesma época. Contudo nenhuma delas é capaz de explicar individualmente a variedade e a complexidade de tal movimento. Por isso, hodiernamente defende-se uma visão mais eclética de aceitá-las conjuntamente para melhor explicar sua heterogeneidade.

De origem occitânia, o trovadorismo se espalhou por toda a Europa. Surgiu na Península Ibérica, por volta do século XI, como o primeiro movimento literário em língua galego-portuguesa, justamente no momento em que Portugal principiava a despontar-se como nação independente. Ali adquiriu características próprias, um grande número de autores e uma magnífica produtividade.

Politicamente falando o aparecimento da lírica galego-portuguesa se dá concomitantemente com o nascimento do reino de Portugal. Este tipo de literatura aparece inicialmente nas cortes dos reis e dos nobres portugueses, galegos e castelhanos.

O galego-português, como língua literária, entre os séculos XII e XIV, semelhante ao seu contemporâneo Ocitano na França, teve um papel especial nos reinos cristãos da Península Ibérica. Foi, praticamente a única língua usada na composição da poesia lírica trovadoresca dos reinos de Leão, Castela, Galiza e Portugal. Daí ser considerado a segunda mais importante literatura no período medieval europeu. Não obstante sua trans-territorialidade a língua utilizada era sempre a mesma: o galego-português.

Quando consideramos o contexto da produção e de circulação das cantigas dos

trovadores, o papel do público a que se destinava e a linguagem utilizada nos textos literários, permite identificar um dos mais importantes elementos definidores de seu projeto literário: a legitimação, por meio da literatura, de uma nova ordem que redefine as funções sociais dos cavaleiros na corte do senhor feudal:

No intuito de retratar a vida aristocrática nas cortes portuguesas, as cantigas receberam influência de um tipo de poesia originário da Provença – região sul da França, daí o nome de poesia provençal –, como também da poesia popular, ligada à música e à dança. No que tange à temática elas estavam relacionadas a determinados valores culturais e a certos tipos de comportamento difundidos pela cavalaria feudal, que até então lutava nas Cruzadas no intuito de resgatar a Terra Santa do domínio dos mouros. Percebe-se, portanto, que nas cantigas prevaleciam distintos propósitos: havia aquelas em que se manifestavam juras de amor feitas à mulher do cavaleiro, outras em que predominava o sofrimento de amor da jovem em razão de o namorado ter partido para as Cruzadas, e ainda outras, em que a intenção era descrever, de forma irônica, os costumes da sociedade portuguesa, então vigente¹⁶.

Em conformidade com o propósito e as intenções do autor as cantigas trovadorescas podem se dividir em cantigas líricas: de amor e de amigo e cantigas satíricas: de escárnio e de maldizer.

Quanto aos aspectos formais e aos conteúdos podemos dizer que as personagens, o ambiente e a linguagem contidas nas cantigas fazem com que percebamos os diferentes contextos da sociedade medieval.

Enquanto as cantigas de amor nos remetem ao ambiente da corte e à vida sofisticada dos palácios, as cantigas de amigo nos relatam os sentimentos e o modo de vida simples de uma população campesina. Com um intuito bem diferente, as cantigas satíricas têm por objetivo ironizar os costumes vigentes na sociedade de então.

As cantigas de amor seguindo o paradigma das cantigas provençais, das quais se originaram, exprimem o sentimento de uma paixão infeliz por causa de um amor não correspondido do trovador pela sua senhora. Estas cantigas são sempre caracterizadas por alguns elementos comuns a todas elas: o eu lírico é sempre masculino representado pelo trovador que dirige elogios a uma dama, pessoa essa que está muito acima de suas pretensões; o trovador dolente se autodetermina coitado, daí a denominação *coita de amor*. A dama alvo dos elogios é identificada por suas qualidades físicas, morais, e sociais, e sempre considerada superior às demais; o trovador se vangloria por ser o maior dos sofrendores, mas superior a

¹⁶ DUARTE, Vânia Maria Do Nascimento. **Trovadorismo**. Disponível em:

<<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/trovadorismo.htm>>. Acesso em 24 jan. 2016.

seus rivais no que concerne à arte de trovar.

Diferentemente das cantigas de amor nas cantigas de amigo o eu lírico é sempre feminino e tem por tema central a saudade, geralmente falam de uma relação amorosa possível, *inter parís*, que acontece entre pessoas simples que moram no campo. O eu lírico é o porta voz de moças simples que vivem nas aldeias e nos campos, saudosas pela ausência de um amigo, entendido aqui com namorado o amante. Assim,

Surgidas na própria Península Ibérica, as cantigas de amigo eram inspiradas em cantigas populares, fato que as concebe como sendo mais ricas e mais variadas no que diz respeito à temática e à forma, além de serem mais antigas. Diferentemente da cantiga de amor, na qual o sentimento expresso é masculino, a cantiga de amigo é expressa em uma voz feminina, embora seja de autoria masculina, em virtude de que naquela época às mulheres não era concedido o direito de alfabetização¹⁷.

Outra característica que diferencia a cantiga de amigo das cantigas de amor é o matiz positivo e otimista que a caracteriza. Não obstante ter como tema central a saudade, fala de um amor real e possível entre pessoas de condições sociais semelhantes.

As cantigas de caráter satírico apresentam críticas ao comportamento social de seus pares, difamavam alguns nobres ou denunciavam as damas que deixavam de cumprir seu papel no jogo do amor cortês.

Nas cantigas de escárnio o trovador faz uma crítica indireta, geralmente utilizando-se de trocadilhos e jogos semânticos. Critica-se alguém não abertamente, mas, por meio de palavras de duplo sentido, para que não possam ser facilmente compreendidas. O alvo preferido das cantigas de escárnio são o comportamento dos nobres e as mulheres despreparadas que não observam as normas do código do amor cortês.

Diferentemente das cantigas de escárnio, nas cantigas de maldizer o trovador não faz uso de palavras de duplo sentido, sua crítica é direta e contumaz, identificando a pessoa satirizada. Muitas vezes este tipo de cantiga, utiliza-se de palavras de baixo calão para explicitar suas agressões verbais. O alvo preferido das cantigas de maldizer são as indiscrições amorosas dos nobres e dos membros do clero.

Os primeiros textos literários, representados pelas cantigas trovadorescas, em vulgar não são de fácil datação, pois na maioria das vezes são cópias feitas *a posteriore*. Por muito

¹⁷ DUARTE, Vânia Maria Do Nascimento. **Trovadorismo**. Disponível em:

<<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/trovadorismo.htm>>. Acesso em 24 jan. 2016.

tempo acreditou-se que a “Cantiga da Ribeirinha” ou “Cantiga da Guarvaia” fosse o primeiro texto literário escrito em galego-português, provavelmente escrita no ano de 1.1998, mas hoje há controvérsia. Vários estudiosos estão propensos a acreditarem que na verdade o primeiro texto seja o “Ora faz ost’o senhor de Navarra”. Por serem textos datáveis somente por conjunturas, torna-se muito difícil chegar a um consenso sobre qual seria o pioneiro.

Ora faz ost’o senhor de Navarra, é uma cantiga de escárneo (ver transcrição abaixo), escrita por João Soares de Paiva, com o intuito de criticar a covardia do rei de Navarra Sancho VII, o qual aproveita a ausência do rei de Aragão, que se encontra na Provença, para invadir e devastar-lhe as terras.

É certamente uma das mais antigas cantigas trovadorescas escritas em galego-português, contudo de datação problemática, uma vez que não vem citado o nome do rei de Aragão. Segundo alguns críticos a data provável de sua composição deve ter sido entre 1.200 e 1.204, período em que havia um conflito entre Navarra e Aragão, ou em setembro de 1.213, durante a estada de Pedro II em Languedoc, onde morreu durante a batalha de Muret.

Ora faz ost’o senhor de Navarra
Galego-português
(João Soares de Paiva)

“Ora faz ost’o senhor de Navarra,
 pois en Proenç’est’el-Rei d’Aragon;
 non lh’an medo de pico nen de marra
 Tarraçona, pero vezinhos son;
 nen an medo de lhis poer boçon
 e riir-s’an muit’Endurra e Darra;
 mais, se Deus traj’o senhor de Monçon
 ben mi cuid’eu que a cunca lhis varra.

Se lh’o bon Rei varrê-la escudela
 que de Pamplona oístes nomear,
 mal ficará aquest’outr’en Todela,
 que al non á a que olhos alçar:
 ca verrá i o bon Rei sejournar
 e destruir até burgo d’Estela:
 e veredes Navarros lazerar
 e o senhor que os todos caudela.

Quand’el-Rei sal de Todela, estrêa
 ele sa ost’e todo seu poder;
 ben sofren i de trabalh’e de pëa,
 ca van a furt’e tornan-s’en correr;
 guarda-s’el-Rei, comde de bon saber,
 que o non filhe a luz en terra alhëa,
 e onde sal, i s’ar torn’a jazer

Português moderno
(Tradução livre)

“Agora faz isso o senhor de Navarra,
 pois em Provença é o rei de Aragão;
 não têm medo, nem do seu pico, nem à sua
 Marra
 em Tarazona, nem que está perto;
 não têm medo de lhes colocar aríetes
 e serão rir muito Inzura e Darren;
 mas, se Deus traz o senhor de Monção
 estou certo de que lhes destruirá a bacia.

Se o bom Rei lhes arrasa a Escudela,
 que de Pamplona ouvistes chamar,
 mal ficará o outro em Tudela,
 não tem outra coisa de que se preocupar:
 pois verá o bom Rei em acampamento
 e destruir até o burgo de Estella:
 verás sofrer os navarros e ao senhor
 que a todos comanda.

Quando o senhor sai de Tudela, lança
 ele a sua hoste e todo o seu poder;
 bem sofrem aí de sacrifício e de pena,
 pois saem para roubos e voltam correndo;

ao jantar ou se on aa cëa.”

o Rei procura, como perito,
que não amanheça em terra alheia,
e de onde partiu, ele torna a dormir,
o almoço ou então o jantar.”¹⁸

A “Cantiga da Ribeirinha” ou “Cantiga da Guarvaia”, recebe esses nomes por ter sido dedicada a D. Maria Pais Ribeiro, concubina de Sancho I de Portugal, e por fazer referência à guarvaia, que era um tipo de manto luxuoso usado pelas damas da nobreza. Foi escrita por Paio Soares de Taveirós, e pode ser utilizada como parâmetro para ilustrar o tema central das famosas cantigas de amor, isto é, a *coita de amor*, onde temos um eu lírico que é sempre masculino falando de seu sofrimento. Neste caso específico o sofrimento do eu lírico teve início quando ele avistou sua bela senhora sem seu luxuoso manto. A partir de então passou a suspirar por ela sem nenhum reconhecimento e recompensa (ver transcrição).

Cantiga da Ribeirinha

No mundo nom m’ei parella
mentre me por como me vay,
ca ja moiro por vos e ay!
Mia señor, branca e vermella,
queredes que vos retraya
quando vus eu vi en saya.
Mao dia me levantey,
que vus enton nom vi fea!
E, mia señor, des aquella
i me foy a mi muy mal, ai!
E vus, filla de don Pay
Moniz, e ben vos semella
d’aver eu por vos guarvaya,
pois eu, mia señor, d’alfaya
nunca de vos ouve nen ey
valia d’ũa correa.

Não existe no mundo alguém como eu
enquanto eu viver,
eu cá sofro de amor por vós,
minha senhora, branca e vermelha,
quereis que vos retrate (nos versos)
quando eu a entrevi sem manto, em trajes íntimos.
Mau dia em que me levantei
e que não a achei feia
e, minha senhora, desde aquele dia
eu passei a sofrer, ai!
E vós, filha de Don
Moniz e sabeis que
eu não sou nobre.
Pois eu, minha senhora,
nunca recebi nem receberei da senhora
nenhuma prova de amor.¹⁹

¹⁸ Fonte: VASCONCELOS (2004).

¹⁹ Fonte: TORRALVO et al. (2010).

8 BATISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Lusitânia e a Galécia são as duas províncias romanas nas quais foram se formando o alvorecer da língua portuguesa. Território este que politicamente pertencia, em um primeiro momento, ao Reino Suevo logo após a derrocada do Império Romano e depois ao reino visigodo.

O latim com influências germânicas manteve-se como língua franca escrita, na Península Ibérica, graças aos suevos e visigodos, sobretudo na liturgia e no direito, constituindo o assim chamado latim medieval peninsular.

A arquidiocese de Braga, no reino Suevo, foi o grande polo irradiador desta modalidade de latim usado na liturgia; e posteriormente, com a chegada dos visigodos o direito visigótico de origem consuetudinária, com uma extraordinária influência romana, tendo o latim como língua escrita, serviu de base para as principais fontes do direito por muitos séculos.

No que concerne à história da língua portuguesa, São Martinho de Dume, bispo da Diocese de Braga e Dume, conhecido como o apóstolo dos Suevos, por ser o grande responsável pela conversão deles do arianismo ao catolicismo, destaca-se por nos ter deixado uma peculiaridade que faz da língua portuguesa a única das línguas neolatinas que usa a terminologia eclesiástica de numeração ordinal para os dias da semana, de segunda-feira a sexta-feira. O sábado e o domingo já possuíam designação própria. Desde a Reforma do Calendário Romano sob o comando de Constantino I, o nome *dies Saturni*, sob influência cristã, foi substituído por *Sabatum*, palavra derivada do nome hebreu *shabbat*, termo utilizado para designar o dia de descanso dos judeus; e em 325 d. C. o primeiro Concílio de Nicéia, confirmando a Tradição Apostólica, substituiu a designação *Solis Dies* por *Dies Domini* (*dia do Senhor*).

São Martinho, com o intuito de reforçar a ortodoxia católica face ao priscilianismo e ao arianismo, tendências consideradas heréticas e pagãs, tentou purificar a terminologia eclesiástica da época. Ele considerava indigno aos bons cristãos que continuassem a usar uma terminologia latina pagã para denominar os dias da semana: *Lunae dies* (*dia da Lua*), *Martis dies* (*dia e Marte*), *Mercurii dies* (*dia de Mercúrio*), *Jovis dies* (*dia e Júpiter*), *Veneris dies* (*dia de Venus*), *Saturni dies* (*dia de Saturno*) e *Solis dies* (*dia do Sol*). Foi agindo em prol da ortodoxia que São Martinho de Dume, como passou a ser conhecido, conseguiu substituir inteiramente a

terminologia pagã por aquela cristã.

Isto explica o motivo pelo qual o português é a única língua neolatina que usa a terminologia eclesiástica de numeração ordinal para os dias da semana. Em latim eclesiástico medieval os dias da semana eram denominados: *Feria secunda*, *Feria tertia*, *Feria quarta*, *Feria quinta*, *Feria sexta*, *Sabbatum*, *Dominica Dies*, de onde provem a moderna nomenclatura que designa atualmente os dias da semana em língua portuguesa moderna: segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo.

A partir da mudança estabelecida por São Martinho, a influência deste latim eclesiástico foi tão forte que não encontraremos qualquer vestígio, mesmo nos mais antigos documentos escritos em vernáculo, que viria a ser a língua portuguesa, da velha denominação pagã na designação dos dias da semana.

A Galícia atual, formada pelo norte de Portugal e parte das atuais comunidades de Astúrias e Castela-Leão, constituía uma unidade cultural e linguística. Toda esta região formava a província romana da *Gallaecia*.

Desde que os romanos se estabeleceram na Galécia, ali foi se constituindo uma língua românica com características próprias e que, por causa do nome do lugar, só pode ser chamada de galego. E foi esse galego que se falou no Condado Portucalense e no reino de Portugal (BAGNO, S/D, p.37).

Posteriormente, com a reconquista, este romance falado na Lusitânia e na Galécia foi avançando em direção ao que hoje é o centro-sul de Portugal. Neste seu avançar em direção ao sul, a língua sofreu, também, certa influência dos dialetos moçárabes falados no sul da Lusitânia.

Em 1139, quando o Condado *Portucalense* se tornou independente do Reino de Leão e transformou-se num novo reino, rompia-se assim a unidade política, embora, durante algum tempo se mantivesse a unidade linguística.

A ruptura da unidade linguística aconteceu após a expansão territorial portuguesa. Portugal deslocou seu centro de influência linguística para o sul do país, afastando-se do galego e dos dialetos minhotos, recebendo a influência dos dialetos moçárabes dos territórios conquistados.

A designação galego/português nasceu no sec. XIX, segundo Marcos Bagno, com uma dupla finalidade de cunho ideológico, que se nos apresenta quase que de maneira antagônica: exaltar e ao mesmo tempo mascarar as origens da língua portuguesa. Deste modo,

O processo ideológico de criação da “língua portuguesa” cumpriu, portanto, uma tarefa explícita – conectar o português diretamente ao latim, estabelecendo uma genealogia de mão única, em que a “língua portuguesa” é uma filha direta da “língua latina”.

No mesmo gesto, se cumpriu também outra tarefa, desta vez não explicitada, oculta, dissimulada: apagar a verdadeira origem do português, sua real genealogia, que é a de ser uma língua derivada, não do latim clássico, nem sequer do latim vulgar, mas sim uma língua derivada do galego (BAGNO, S/D, p.37).

Na realidade, nunca existiu uma língua chamada galego/português. O que temos é uma denominação *a posteriori*, do sec. XIX, para designar um ancestral comum do português e do galego modernos. Trata-se, então, de uma designação anacrônica referente a um romance que nasceu e desenvolveu-se na Gallaecia Magna, território que abrange o que hoje conhecemos como Galiza, o norte de Portugal e uma parte das Astúrias.

Somente por uma necessidade ideológica de afirmação nacionalista é que se pode utilizar um termo anacrônico como “galego-português” para designar uma língua que em tudo era galega e que só viria a ser chamada de português no reinado de D. Dinis, que em 1290 instituiu o que se chamava de “língua vulgar” como língua da corte e dos documentos oficiais do reino, reino que por se chamar Portugal transferiu à língua “vulgar” o seu próprio nome: “língua portuguesa” (IBDEM, p.37).

O português como fenômeno linguístico é bem mais antigo do que o reino de Portugal. Fenômeno linguístico que não possuía uma designação específica. Era simplesmente conhecido como “linguagem”, isto é, não latim. Se usarmos da lógica da territorialidade que transfere o próprio nome à língua, por ter nascido na Galécia, este romance, dever-se-ia chamar galego, galaico ou algo parecido, mas jamais galego-português.

É interessante percebermos que a utilização do vernáculo como língua de estado no reino de Portugal foi um fenômeno tardio, que talvez possa encontrar sua explicação no uso político que os detentores, de tal código linguístico, fizeram ao longo dos anos.

O testamento de Afonso II, datado de 1214, é o primeiro documento escrito no âmbito da chancelaria régia portuguesa. Deste primeiro testamento lavrado em 13 cópias para que fossem distribuídas e circulassem por todo o reino, nos restam apenas duas. Este Testamento é um documento isolado, pois, foi necessário esperar quase meio século para que se pudesse encontrar outro documento do mesmo naipe redigido no âmbito da Chancelaria régia. Somente no ano de 1255 é que voltamos a reencontrar o uso do vernáculo em documentos oficiais da cancelaria. Apesar do reaparecimento do vulgar na redação de documentos oficiais, seu uso manteve-se muito escasso durante todo o reinado de Afonso III, rei de 1248 a 1279.

Em seu testamento Afonso II deixa explícito quais seriam suas intenções quanto ao

destino do reino e de seu patrimônio pessoal. O que teria levado Afonso II a utilizar o vernáculo para redigir o testamento em vulgar e lavrá-lo em diversas cópias para que circulasse por todo reino?

Em um momento de grandes conflitos e tribulações nos quais estava imerso o reino de Afonso II, tudo leva a crer que se trata de uma tentativa de ruptura com os hábitos da corte e ao mesmo tempo colocar-se em sintonia direta com os súditos. Era, portanto,

um acto político pelo qual um rei, diminuído no seu poder e fortemente contestado tanto pela nobreza como pela igreja, pretende fazer ouvir a sua voz por cima dessas mesmas instituições ou grupos, estabelecendo uma comunicação directa com todo o seu reino²⁰.

Após utilizar a língua vulgar uma única vez, na edição de seu primeirotestamento, resta-nos a pergunta: o que teria levado Afonso II e sua corte a abandonar o uso do romance na chancelaria régia? As duas versões posteriores do testamento do rei, de 1218 e 1220, bem como as inquirições redigidas, também estas, em 1220, abandonarão o vernáculo e retornarão ao latim.

Talvez a oposição por parte de legisladores da corte, habituados a utilizar o latim como língua oficial possa justificar em parte tal atitude. Outra razão, ainda mais forte, que talvez nos ajude a entender tal abandono do vulgar como língua oficial da corte, seja os detentores de fato de tal língua.

Quando da primeira redação de seu Testamento, Afonso II não tinha consciência de quem realmente eram os usuários da língua na qual redigira seu testamento. Ele não tinha ideia de que a língua na qual havia redigido seu testamento era na realidade a língua dos seus mais ferrenhos opositores, isto é, a aristocracia trovadoresca que após alguns anos de exílio no reino de León havia regressado a Portugal, justamente no ano de 1217:

A partir dessa data, a língua vulgar artística, elaborada, transformada em sinal distintivo de natureza social ou mesmo grupal, iria disseminar-se em Portugal a um ritmo crescente. Nestas condições, continuar a usar a língua vulgar em diplomas oficiais da corte seria, por parte do rei, tentar lutar com as armas dos seus adversários e alinhar no incremento de usos que, doravante, estavam definitivamente conotados com a cultura aristocrática. Se em 1214 Afonso II quis, com o emprego da língua vulgar, produzir uma afirmação de identidade bem contrastante e perceptível face àqueles que se lhe opunham, agora esse processo tornava-se inoperante pelo uso

²⁰ MIRANDA. O galego poetugues e seus detentores ao longo do século XIII. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/21084> ; DOI : 10.4000/e-spania.21084>. Acesso em 20 fev. 2016.

insistente e qualificado dessa mesma língua por parte das camadas da aristocracia que mais directamente o afrontavam²¹.

Desta forma, a apropriação do romance por parte da aristocracia trovadoresca, talvez explique o desaparecimento da língua vulgar no âmbito da chancelaria por quase meio século. Teremos que esperar o reinado de Afonso III para encontrarmos o reaparecimento do vulgar, mesmo que de modo tímido, em documentos oficiais.

Somente no ano de 1255 é que reencontraremos o uso do vulgar em redação de textos oficiais. Por volta de 1260, temos um incremento da produção chancelar em língua vulgar. A partir de então a língua dos trovadores passa a ganhar cada vez mais espaço no ambiente régio:

Ao que parece, a situação pode ter começado a mudar na década de 1260, em virtude das alterações políticas que então tiveram lugar. A nomeação para o cargo de mordomo-mor do reino de um homem que foi um importante trovador – Joan Perez de Avoim, cargo que manterá até à morte do rei, significa que a cultura trovadoresca acusava já em Portugal uma importante tendência para a curialização, ou antes, que as franjas da nobreza que a patrocinavam se ajustavam com crescente facilidade à pauta monárquica. Por via disso, a língua dos trovadores curializou-se também, criando as condições para que obras veiculadoras dos pontos-de-vista favoráveis à realeza viessem, em Portugal, a ser redigidas em língua vulgar²².

É sintomático o fato de que esta mudança de atitude tenha acontecido justamente na ocasião da nomeação de Joan Perez de Avoim, conhecido trovador, para o cargo de mordomo-mor do reino. Devido ao contexto histórico em que se deu esta aproximação da corte com os trovadores, podemos perceber nesta mudança de postura, a influência direta de Afonso X, o sábio, conhecido por seus dotes trovadorescos. Afonso III era casado com Beatriz filha de Afonso X.

O exemplo do que se passava na corte castelhana, particularmente importante sobretudo a partir do casamento do rei Afonso III com Beatriz, a filha dilecta de Afonso X, terá certamente contribuído para a valorização do vulgar como língua do poder régio, até porque as primeiras obras em galego-português que rastreamos no ambiente régio em Portugal são oriundas, total ou parcialmente, de meios castelhanos. Referimo-nos à tradução entre nós do *Fuero Real*, em conjunto com as *Flores de dreyto*, de Jacob de las Leyes, que terá tido lugar ainda na década de 1260 ou pouco depois, e particularmente da *Primeira Crónica Portuguesa*, que é concebida como o prolongamento português da parte do *Liber Regum* que enumerava os reis

²¹ MIRANDA. O galego poetugues e seus detentores ao longo do século XIII. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/21084> ; DOI : 10.4000/e-spania.21084>. Acesso em 20 fev. 2016.

²² MIRANDA. O galego poetugues e seus detentores ao longo do século XIII. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/21084> ; DOI : 10.4000/e-spania.21084>. Acesso em 20 fev. 2016.

peninsulares desde Pelayo até Afonso VI, o conquistador de Toledo. O facto de essa versão específica do *Liber Regum* ter sido conhecida pelo primitivo projecto da *Estória de España* tem levado à convicção de que a crónica estaria redigida já por volta de 1270²³.

D. Dinis, filho de Beatriz e Afonso III, foi o sexto rei de Portugal e era essencialmente um rei administrador e não guerreiro. Este monarca tinha como prioridade por em prática um choque de gestão, que visava a organização do reino. Mostrou um grande interesse pela cultura, fazendo de Lisboa um dos centros culturais de seu tempo. Podemos atribuir-lhe boa parte da responsabilidade pela criação da identidade nacional portuguesa, que inclui:

- a) Definição das fronteiras do reino (Tratado de Alcanizes);
- b) Criação dos Estudos Gerais (futura Universidade de Coimbra);
- c) Libertou as Ordens Militares no território nacional de influências estrangeiras;
- d) Implementou uma política centralizadora articulada com importantes acções de fomento económico;
- e) Instituição da língua vernácula, que a partir de então passou a chamar-se língua portuguesa, como língua oficial da corte e da chancelaria.

O batismo do vernáculo aconteceu sob o reinado de D. Dinis. O rei trovador, seguindo o exemplo do avô, Afonso X, o sábio, que já havia adotado a língua castelhana como língua oficial do seu reino a partir do ano 12 d.C, ordenou que também no reino de Portugal fosse usado o vulgar como língua oficial, não mais o latim. A partir de então a língua vulgar adquire status de língua oficial da Chancelaria Régia e passa a ser denominada como língua portuguesa. Dom Dinis declarou o português como idioma oficial da administração do reino em 1290. A partir de então a língua portuguesa foi ganhando cada vez mais direito de cidadania até que em 1296 foi adotada pelos notários e pela chancelaria régia na redação das leis e passa a ter um uso generalizado para além da poesia.

²³ MIRANDA. O galego poetugues e seus detentores ao longo do século XIII. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/21084> ; DOI : [10.4000/e-spania.21084](https://doi.org/10.4000/e-spania.21084)>. Acesso em 20 fev. 2016.

9 CONCLUSÃO

A língua portuguesa constituiu-se como língua, específica, na Europa, ao lado das demais línguas neolatinas, devido à evolução orgânica da língua latina em seus aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e lexicais, propiciada, sobretudo, pelo contato entre culturas, línguas e religiões de diferentes povos que habitaram a Península Ibérica.

Para que possamos entender a origem da língua portuguesa, como sendo a evolução do latim vulgar, precisamos analisá-la a partir de três pontos de vista de sua formação: o substrato pré-romano; que é a língua do povo vencido; o superstrato bárbaro, que são as línguas germânicas dos povos que ocuparam a Península Ibérica após a queda do Império romano do ocidente; e o adstrato árabe, que é a língua árabe que coexistiu com o latim e os diversos dialetos emergentes da Península a partir do século VIII.

Apesar de certa influência das línguas pré-romanas e das invasões subsequentes, a fonologia, a morfologia, o léxico e a sintaxe da língua portuguesa são predominantemente uma evolução do latim vulgar. Embora bárbaros e árabes tenham permanecido por muito tempo na Península Ibérica, a influência que exerceram na língua foi pequena. Ficou restrita ao léxico.

A história da língua portuguesa, é uma saga que tem início no ano 218 a.C. no âmbito da segunda guerra púnica. Os romanos no intuito de manterem a hegemonia no Mediterrâneo, ao invadirem a Península Ibérica trouxeram consigo a língua latina. O latim exerceu um papel essencial no processo de romanização dos novos territórios conquistado.

Com a queda do Império Romano do Ocidente e a chegada dos bárbaros houve uma desestruturação administrativa, onde tivemos o fechamento das escolas e a língua latina foi abandonada à própria sorte, passando por um longo processo de dialeção.

Os suevos e os visigodos povos de certo modo já romanizados, ainda deram uma sobrevida à língua latina através da liturgia e do direito. Esta sobrevida do uso da língua latina no direito e na liturgia explica a forte influência que o latim exerceu na formação das novas línguas locais. Após um longo período diglótico vemos aparecer as primeiras tentativas de escrita em língua vulgar. Em um primeiro momento temos textos mistos, escritos em latim e vulgar. Somente no século XII aparecem os primeiros textos considerados escritos integralmente em vernáculo.

Somente no ano de 290 é que Dom Dinis, sexto rei de Portugal, em um choque de

gestão, declara o vernáculo como língua oficial da corte. A partir desse momento Portugal tem uma língua própria, doravante chamada Língua Portuguesa.

Ao analisar a gênese e evolução da língua portuguesa, podemos perceber que o fato linguístico é um construto que vai elaborando-se condicionado, sobretudo, pelas contingências históricas. Diante disso, voltando para a realidade brasileira, é legítimo que nos perguntemos: Por que no Brasil fala-se português? Porque fomos colonizados pelos portugueses é a primeira resposta que nos vem à mente. Mas o que fizeram com o substrato indígena e o adstrato africano? Antes dos portugueses chegarem ao Brasil aqui havia mais de mil línguas faladas por índios americanos de diversas etnias. A partir do século XVI, devido à intensificação do cultivo da cana-de-açúcar, houve um grande fluxo de escravos vindos da África. No século XVI, foram trazidos para o Brasil 100 mil negros; no século XVII, 600 mil; e no século XVIII, 1 milhão e 300 mil.

A realidade é que no início da colonização portuguesa no Brasil, a língua dos índios Tupinambá era falada ao longo de quase toda a costa atlântica. No século XVI, a língua tupinambá passou a ser aprendida pelos portugueses, que naquela época eram a minoria da população local. Essa língua que então era chamada de “brasílica”, generalizou-se de tal forma que passou a ser falada por quase toda a população colonial. Com o passar do tempo ela se modificou e a partir da segunda metade do século XVII, passou a ser chamada de “língua geral”.

Pelo andar da carruagem, tudo parecia que estava prestes o surgimento e a consolidação de uma língua tipicamente brasileira, mas não, em 17 de agosto de 1758, o marquês de Pombal, instituiu o português como língua oficial do Brasil, ficando proibido o uso da língua geral. Talvez seja a canetada do marquês de Pombal o fato que melhor explique o motivo pelo qual no Brasil se fala português.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M. Abaurre; Maria Bernadete M. Abaurre, Marcela Pontara. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008.

BANZA, Ana Paula. **A Linguagem dos Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III**. Dissertação de mestrado inédita. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOULLON, Ana Isabel. **Na nossa lynguage galega: a emerxencia do galego como língua escrita na idade media**. Santiago de Compostela: Agrelo, 2007.

BRASIL. · Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** ·

BAGNO, Marcos. **O português não procede do latim: Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego**. Disponível Em:
<http://www.editorialgalaxia.es/imxd/libros/doc/1320761642191_Marcos_Bagno.pdf>
Acesso em 25 mar. 2016.

BARUQUE, Julio Baldeón. **La Reconquista**. Madrid - Espanha: Editorial Espas Calpe, S.A, 2006.

CABO, José. Antonio. Souto, apud Monteagudo - **A emerxencia do galego-portugués na escrita instrumental. Unha Panorámica Histórica**. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón. Na nosa lyngoage galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega : Instituto da Lingua Galega, 2007.

CAMILLETTI Evelina. **Riflessioni sul ruolo del gioco nella psicodinamica dello sviluppo soggettivo**. In: CAMILLETTI Evelina., LOCARNO Franca., LISCIANI, Giunti. Il gioco nella scuola di base. Firenze, 1994.

CARDEIRA, Esperança. **O essencial sobre a história do português**. Lisboa – Portugal: Editorial Caminho, S.A, 2006.

CARTELLE, Emilio Montero. **La emergencia escrita medieval de los romances centrales (leonés y castellano)**. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón. Na nosa lyngoage galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media. Santiago de Compostela, Consello

da Cultura Galega : Instituto da Lingua Galega, 2007.

CASANOVA, Isabel. **Portugal no mundo – A língua portuguesa e os seus embaixadores.** Mesa redonda promovida pela Universidade Europeia, decorrida em Lisboa, a 13 de maio de 2015. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/oitocentos-anos-de-lingua-portuguesa/3166>> Acesso em 15 mar. 2016.

CASTRO, Ivo. **Curso de História da Língua Portuguesa.** Lisboa: Universidade Aberta 1991.

CASTRO, Ivo. **Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português Antigo.** Lisboa: Colibri 2004.

CASTRO, Ivo. **A primitiva produção escrita em português.** Comunicação produzida no Congreso internacional de León, 15-18 octubre 2003 sob o tema “Orígenes de las lenguas romances en el Reino de León - Siglos IX-XII”. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2004.

CAZAL, Yvonne. **Les voix du peuple. Verbum dei. Le bilinguisme latin – langue vulgaire au Moyen Âge.** Genève: Droz, 1998.

CECCHINI, Arnaldo. **Il gioco tra game e play.** In: CECCHINI, Arnaldo.; MONTANARI, Paola. I mondi del nuovo millennio. Edizioni La Meridiana, Molfetta 1993.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Sobre o mais antigo texto não literário português: a Notícia de torto (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico).** Boletim de Filologia, 1990.

CORTÁZAR, José Ángel García de. **El triunfo del Cid histórico.** Disponível em: <<http://www.revistadelibros.com/articulos/biografias-del-cid>> Acesso em 16 mar. 2016.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da. **Os mais antigos documentos escritos em português: Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos.** Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf> Acesso em 20 mar. 2016.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática Histórica.** 19 ed. São Paulo: Ao Livro Técnico, 2005.

DUARTE, Vânia Maria Do Nascimento. **Trovadorismo.** Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/trovadorismo.htm>> Acesso em 24 jan. 2016.

ECO, Umberto (organizador). **Bárbaros, cristãos e muçulmanos**. Alfragide- Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010.

FRANCO NETO, João Ribeiro; PARREIRA JÚNIOR, Walteno Martins. **A Utilização Do Hot Potatoes® No Ensino Médio Da Escola Municipal “Machado De Assis”, Criando Palavras Cruzadas E Auxiliando A Construção Do Conhecimento Em Nomenclatura De Hidrocarboneto**. In: XIII ENDIPE, 2006, Recife-PE. Anais do XIII ENDIPE. Recife - PE: UFPE, 2006.

FRANCO NETO, João Ribeiro, PARREIRA JÚNIOR, Walteno Martins. **A utilização de Palavras Cruzadas no Ensino de Nomenclatura de Compostos Orgânicos no Ensino Médio** In: VI Seminário Uno e o Diverso na Educação Escolar e XI Seminário Regional sobre a Formação do Educador, 2005, Uberlândia – MG; VI Seminário Uno e Diverso na Educação Escolar e XI Sem. Regional sobre Formação do Educador. Uberlândia - MG: EDUFU, 2005.

FRANCO NETO, João Ribeiro, PARREIRA JÚNIOR, Walteno Martins. **Desenvolvendo Palavras Cruzadas Com a Finalidade de Ensinar Nomenclatura de Alcanos no Ensino Médio**. Disponível em: http://www.profjoaoneto.com.br/artigos/Artigo_ENEQ_2006_final.pdf> Acesso em 22 jan. 2016.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A vida cotidiana na Roma Antiga**. São Paulo: Annablume, 2003.

GARCIA, Nilsa Areán. **Breve Histórico da Península Ibérica**. In: Revista Philologus, Ano 15, Nº 45. Rio de Janeiro: CIFEFIL, set./dez. 2009.

HOUAISS, Antônio. **As Projeções da Língua Árabe na Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://hottopos.com/collat7/houaiss.htm>.> Acesso em 20 jan. 2016.

IMPELLIZZERI, F. **Il gioco nella programmazione di storia**. In: Brusa, Antonio. Il nuovo racconto delle grandi trasformazioni. Guida per l'insegnate per il primo anno, Paravia-Bruno Mondadori, Milano 2004.

LOPES, Eliana da Cunha. **Pompéia: um relicário do latim vulgar**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno10-14.html>.> Acesso em 28 jan. 2016.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MARTINS, Ana Maria. **Emergência e generalização do português escrito. De D. Afonso Henriques a D. Dinis**. In: Maria Helena Mira Mateus (org.): Caminhos do português.

Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas. Catálogo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MARTINS, Ana Maria. **O primeiro século do português escrito**. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón. Na nosa lingoage galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega : Instituto da Lingua Galega, 2007.

MATTOS, Geraldo. **Filologia românica**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

MATTOSO, José. **História de Portugal - Primeiro Volume: Antes de Portugal**. Círculo de Leitores, 1992.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro. **O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII**. Disponível em : <<http://e-spania.revues.org/21084>>. Acesso em 15/fev/2016.

MONTEAGUDO, Henrique - **A emerxencia do galego-português na escrita instrumental. Unha Panorámica Histórica**. In: AGRELO, Ana I.B. Na nosa lingoage galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega : Instituto da Lingua Galega, 2007.

MOSTRAMARTINO, Fabrizio. **Os reinos romano-bárbaros em idade média**. In: ECO, Umberto (organizador) . Bárbaros, cristãos e muçulmanos. Alfragide- Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010.

MUSCI, Elena. **Guida alla didattica del laboratorio storico, a cura di P. Bernardi**. UTET Università: Torino, 2006.

MUSCI, Elena. **Dispensa del laboratorio “Il gioco e il giocattolo nella didattica della scuola di base”**. Università degli Studi della Basilicata: Disponível em: <http://www2.unibas.it/scienze_formazione/images/upload/laboratori_didattici/dispense%20musci_lab%20gioco.pdf> Acesso em 05 jan. 2016.

PETER, Heather. **La caduta dell'impero romano : una nuova storia**. Milano, Garzanti, 2006.

PRADO, Marta Lenise; HEIDEMANN, Ivonete Terezinha Schulter Buss.; REIBNITZ, Kenya Schimidt. **Curso de Especialização de Linhas de Cuidado em Enfermagem: Processo educativo em saúde**. 1ª. ed. Santa Catarina: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012.

PRATA, Carmen Lúcia; NASCIMENTO, Anna Christina de (orgs.). **Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico**. Brasília: SEF/MEC, 1997.

QUINTELA, Antón Corbacho. **O léxico árabe na língua portuguesa**. Disponível em: https://www.lettras.ufg.br/up/25/o/VIISLE_19.pdf. Acesso em 10 mar. 2016.

REILLY, Bernard. **Cristãos e muçulmanos: a luta pela Península Ibérica (The contest of Christian and Muslim Spain)**. Trad. Maria José Giesteira - Lisboa, Teorema, 1998.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. 6 ed. São Paulo: Scipione, 2011.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis. **Glosas marginais ao cancioneiro medieval português de Carolina Michelis**. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 2004.

APENDICES

APENDICE A - Sites consultados²⁴

http://www.italiaoggi.com.br/not10_1206/ital_not20061027b.htm.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hispania_1a_division_provincial.PNG#/media/File:Hispania_1a_division_provincial.svg

<http://blog.educastur.es/maremagnum/files/2011/10/provincias-con-augusto.jpg>

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/fd/ef/b5/fdefb5565ba1d536b94f47cb3b8f7745.jpg>.

<http://www.islambr.com.br/media/rokgallery/9/997935cd-66a6-4666-fc33-4ee1b65d5d1f/b5dcb3e3-db24-4650-f3d6-7e9b9026e869.jpg>.

<http://hottopos.com/collat7/houaiss.htm>.

https://www.letras.ufg.br/up/25/o/VIISLE_19.pdfSebba.

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/oitocentos-anos-de-lingua-portuguesa/3166>

<http://latindiscussion.com/forum/latin/carta-de-dota%C3%A7%C3%A3o-e-funda%C3%A7%C3%A3o-da-igreja-de-s-miguel-de-lardosa-882.14646/>.

<http://www.cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>.

http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsEmergencia.pdf.

<http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=200203>

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=1461698>.

https://www.hsaugsburg.de/~harsch/lusitana/Cronologia/seculo13/Torto/tor_noti.html.

<http://brasilescola.uol.com.br/literatura/trovadorismo.htm>

<http://e-spania.revues.org/21084 ; DOI : 10.4000/e-spania.21084>

http://www.profjoaoneto.com.br/artigos/Artigo_ENEQ_2006_final.pdf.

<http://professoraceciliavidal.blogspot.com.br/2010/04/coquetel-nas-escolas.html>.

<http://www.baixaki.com.br/download/kurupira-crossword.htm>.

http://www.kurupira.net/images/PrintSiteCW5_g.jpg.

²⁴ A data de acesso para cada site consta ao longo do corpo do texto em que são citados.

APÊNDICE B – Objeto de aprendizagem

11.1 Objeto de Aprendizagem

O uso das TICs atuais como recurso pedagógico pode revolucionar a educação, possibilitando novas estratégias de ensino/aprendizagem, isto porque consegue aumentar a motivação, concentração e autonomia dos alunos.

As novas tecnologias são partes integrantes da sociedade atual e a escola, no nosso modo de entender, necessita introduzir os educandos nessa nova cultura, dando a eles a oportunidade de usufruir e participar. [...] estimular os educadores a utilizarem as ferramentas que estão à disposição, no desenvolvimento de aulas mais dinâmicas e que estimulem os educandos a dedicarem com mais prazer à prática diária de estudar e entender o assunto apresentado (FRANCO NETO & PARREIRA JÚNIOR, 2006, p. 8).

Nossa intenção é apresentar um objeto de aprendizagem que faça a utilização das TICs aliadas ao lúdico no desenvolvimento de novas atividades que possam ser aplicadas como recursos didáticos no ensino de história. Propomos um objeto de aprendizagem que faça uso de atividades multimídia em sua interatividade.

Na elaboração de nosso Objeto de Aprendizagem utilizamos como referencial teórico a lúdico-didática que é a proposta de ensino que faz uso dos jogos lúdicos que possam ser utilizados em/ou fora da sala de aula como uma estratégia facilitadora da aquisição dos mais variados conceitos utilizados no ambiente de aprendizagem:

La proposta qui presentata non verte su esercizi “vestiti di ludicità”, ma sull’inserimento di giochi veri e propri, creati appositamente per il contesto formativo o per esso riadattati ad hoc. Questo perché il gioco consente di stimolare abilità in storia che altrimenti sarebbe molto difficile attivare e consente a livello immediato di acquisire conoscenze storiche altrimenti difficili da raggiungere. (MUSCI, 2006, p. 4).

Um jogo com finalidades educativas deve desenvolver, simultaneamente, duas funções, a lúdica, que diz respeito ao prazer e diversão proporcionados pelo jogo, e a educativa, que é a função de ensinar algo por meio de sua utilização. É sempre bom ressaltar que o equilíbrio entre a atividade lúdica e a atividade educativa é imprescindível para motivar o aprendizado. Neste sentido os jogos educativos além de possuir objetivos pedagógicos, proporcionam a diversão, o lazer e ainda o desenvolvimento do raciocínio e suas habilidades para os novos conhecimentos:

Il gioco è una cosa seria”: credendo in questa affermazione è possibile costruire delle attività realmente formative, ma anche divertenti. L’opinione più diffusa è invece che “lo studio è una cosa seria” e come tutte le cose serie porta con sé fatica, sudore, e perché no, noia. Attraverso le attività laboratoriali e ludiche si può far scoprire al ragazzo un’altra realtà: lo studio e la conoscenza sono conquista, piacere, avventura, e divertimento ed è possibile sperimentare tutto ciò attraverso una didattica innovativa (IMPELLIZZERI, 1998, p.02).

Pensamos o objeto de aprendizagem como uma ferramenta que permita ao professor aproximar com mais facilidade do mundo de interesse dos alunos. Em uma nova forma de trabalhar o conhecimento de maneira mais colaborativa e com maior interação do aluno.

Para que possamos desenvolver nosso trabalho, o uso do computador é aliado ao desenvolvimento de um jogo educativo chamado *A palavra cruzada*, que tem como objetivo complementar as aulas tradicionais, proporcionado aos alunos um ambiente mais dinâmico e motivador, próximo daquele que experimenta fora do ambiente escolar.

Por que as palavras cruzadas? Porque, dentro das diversas modalidades de jogos que podem ser utilizados como ferramenta didática, decidimos optar por um jogo de tipo corporativo, o qual possui como principal característica a ausência de vencedores e vencidos. É um jogo que foca precipuamente os objetivos a serem conquistados. Por tratar-se de um jogo a competição não é eliminada, mas direcionada aos objetivos inerentes ao próprio jogo, isto é, um enigma a ser resolvido que leva à realização de um produto. Na realidade as palavras cruzadas classificam-se na categoria dos passatempos onde os obstáculos a serem superados não são os adversários, mas as etapas que levam às metas a serem alcançadas. Neste sentido podemos proceder de modo coletivo na elaboração de uma palavra cruzada temática, onde cada aluno pode trazer sua colaboração no desenvolvimento do jogo.

A utilização das palavras cruzadas como ferramenta didática procura estimular o desafio e a curiosidade dos alunos, facilitando o trabalho de construção do conhecimento, além de estimular a memória. As palavras cruzadas têm vários subsídios importantes que colaboram no desenvolvimento do pensamento e da linguagem. Sua utilização como ferramenta didática procura criar oportunidades onde o desafio e a curiosidade são favorecidos, facilitando o trabalho de construção do conhecimento. É um jogo cujo objetivo é adivinhar palavras que se cruzam em sentido vertical e horizontal baseando-se em dicas escritas e por associação com as letras de palavras já preenchidas:

A utilização das palavras cruzadas como ferramenta didática procura criar oportunidades onde o desafio e a curiosidade é favorecida, facilitando o trabalho de

construção do conhecimento. Na palavra cruzada, o educando consegue ter o feedback simultaneamente, pois quando sobra alguma abertura no exercício, sabe que falta algo na escrita correta, ou a resposta não está correta (FRANCO NET et. al. 2016, s/p).

As cruzadinhas podem proporcionar uma aprendizagem mais significativa por permitirem que os alunos protagonizem o processo de ensino e aprendizagem como construtores do conhecimento e não apenas como assimiladores de conceitos e teorias, contribuindo assim para melhorar a compreensão da história e derrubar os estereótipos, muito comuns no ambiente escolar, de que a história seja uma simples “decoreba”.

A brincadeira que inspirou um dos passatempos mais populares de nossos tempos data do século IV a.C. Nos *laterculus*, como o jogo era conhecido, os antigos romanos tinham de formar palavras cruzando-as de maneiras que constituíssem palíndromos - isto é, podiam ser lidas tanto na vertical quanto na horizontal, ou de frente para trás e vice-versa. "As inscrições mais antigas desse jogo foram encontradas nas ruínas de Pompéia, a cidade italiana destruída no ano 79 pela erupção do Vesúvio", afirma o designer de jogos Luiz Dal Monte Neto. Nos moldes atuais, porém, as palavras cruzadas apareceram pela primeira vez no jornal *New York World*, em 22 de dezembro de 1913. O inglês Arthur Wynne, responsável pela seção "Diversão" do jornal, recebeu a incumbência de inventar um jogo especialmente para a edição dominical.

Wynne baseou-se em um passatempo que conheceu quando criança e que tinha regras semelhantes às dos *laterculus* romanos. Mas, em vez de fornecer as palavras que deveriam ser cruzadas, Wynne resolveu dar apenas dicas e criou um diagrama na forma de um losango. Uma década depois, a criação de Wynne já estava em jornais europeus, além de em todo o continente americano²⁵.

A proposta da utilização das palavras cruzadas como objeto de aprendizagem no ensino de história tem como objetivo incrementar uma estratégia lúdica capaz de motivar e estimular o interesse dos alunos do Ensino Básico pelos conceitos relacionados à história ibérica. Podem ser utilizadas como um método de ensino alternativo e complementar para auxiliar na aprendizagem da turma, em qualquer série, bastando adequar o conteúdo ao objetivo proposto, visto que é um método lúdico no qual o alunado vai descobrindo as respostas com os próprios erros e/ou acertos. É uma atividade lúdica desenvolvida em sala de aula e, também como atividade extraclasse, que permite aos alunos revisarem e/ou exercitarem operacionalmente conceitos, definições e episódios concernentes à história, substituindo os exercícios tradicionais de fixação e até mesmo pode ser usada como alternativa de uma maneira menos formal de avaliação.

²⁵ Texto retirado de <http://www.profjoaoneto.com.br/artigos/Artigo_ENEQ_2006_final.pdf>. Acesso em: [03/mar/2016](http://www.profjoaoneto.com.br/artigos/Artigo_ENEQ_2006_final.pdf).

Segundo a professora Cecília Vidalon²⁶, podemos perceber a relevância do uso das palavras cruzadas no âmbito escolar brasileiro, a partir do momento em que o MEC reconhece o programa COQUETEL nas Escolas.

O programa COQUETEL nas Escolas consiste no envio de revistas COQUETEL, de forma gratuita, para as escolas públicas e particulares de todo o Brasil, cabendo às instituições apenas o custo de postagem. Sucesso desde a sua criação na Bienal do Livro de 2001, o programa foi aprovado pelo MEC (OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/02/MEC/GM/ASS/CAB PROTOCOLO - Nº 304/2002) e vem sendo utilizado por mais de 16.000 instituições de ensino com a finalidade de aumentar o rendimento dos alunos em sala de aula. Tornando as aulas mais leves e descontraídas, o programa auxilia no aprendizado levando o lúdico a alunos e professores, proporcionando conhecimento e diversão. Desse modo contribui para a educação de milhares de crianças e jovens, pois o hábito de fazer COQUETEL desenvolve a percepção visual, enriquece o vocabulário e aumenta o poder de concentração.

Para o desenvolvimento dos exercícios com palavras cruzada utilizaremos o software do Kurupira Crossword, que é um software brasileiro, de cunho didático, desenvolvido pelo Projeto Kurupira, o qual segundo seus criadores, teria como principal objetivo propiciar de forma gratuita o estímulo à criatividade educativa no ambiente da web. É um programa com um bom nível de qualidade com uma interface simples e de fácil utilização (ver figuras 10, 11 e 12). Na versão de PC do jogo, os usuários conseguem não apenas preencher lacunas para passar o tempo, mas também pode desenvolver seu próprio conteúdo.

A tela inicial do Kurupira Crossword apresenta as opções “Jogue”, “Crie” e “Socialize”. Exceto pela última, as demais são autoexplicativas. “Socialize” abre a página do Kurupira Crossword na internet, a partir da qual você tem acesso ao fórum do desenvolvedor e ao seu endereço no Twitter.

²⁶ Cf. <<http://professoraceciliavidal.blogspot.com.br/2010/04/coquetel-nas-escolas.html>>. Acesso em: 04/mar/2016.



Figura 10 - Interface de Kurupira Crossword²⁷

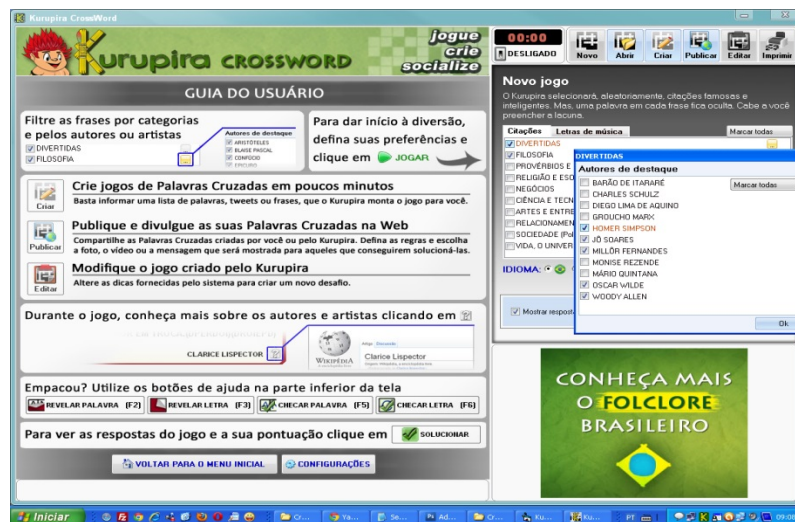


Figura 11 - Aspecto autoexplicativo do programa²⁸

²⁷ Disponível em: <<http://www.baixaki.com.br/download/kurupira-crossword.htm>>. Acesso em 03 mar. 2016.

²⁸ Disponível em: <http://www.kurupira.net/images/PrintSiteCW5_g.jpg>. Acesso em 03 mar. 2016.

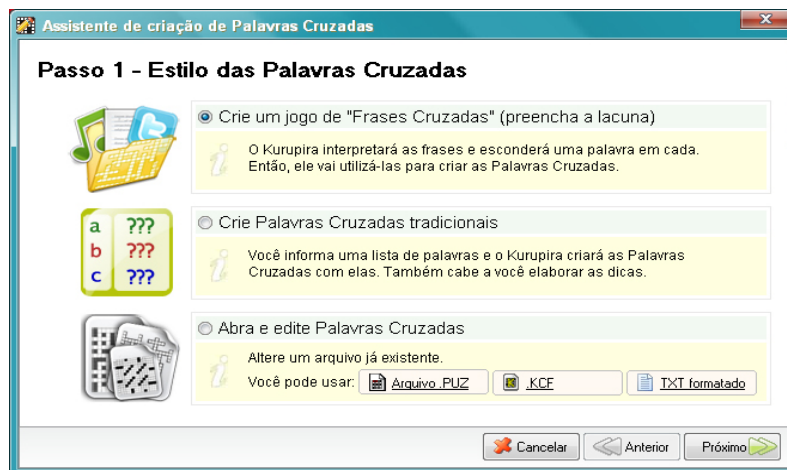


Figura 12 - Interface de assistência²⁹

11.2 Palavras cruzadas

Elaboramos, a guisa de exemplos, algumas cruzadinhas relacionadas aos respectivos conteúdos por nós estudados e reportados na dissertação; embora, estejamos conscientes de que sua melhor aplicabilidade, como ferramenta educacional, seja quando elaboradas pelos próprios alunos a partir de um tema ou texto previamente proposto e discutido em sala e aula.

Trabalhando com palavras cruzadas temáticas o professor poderá criar um ambiente de estudo onde, cada aluno se encarregaria de elencar alguns verbetes, relacionados ao tema em questão, com as respectivas dicas para que montem conjuntamente a cruzadinha que depois será solucionada por todos, abrangendo desta forma, o máximo possível, os aspectos conceituais indispensáveis para a compreensão do tema estudado.

Os subtítulos abaixo concernem, no nosso exemplo, ao tema apresentado em cada cruzadinha.

11.2.1 Introdução

²⁹ Disponível em: <http://www.kurupira.net/images/PrintSiteCW2_g.jpg>. Acesso em 03 mar. 2016.

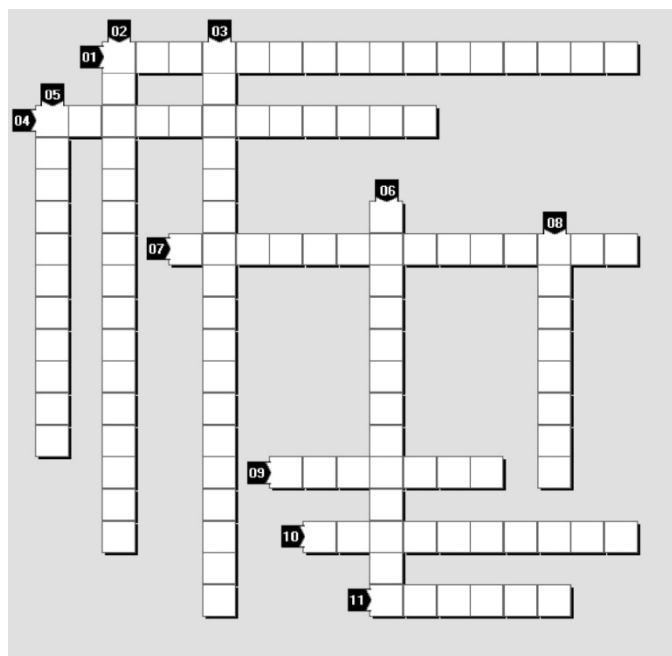


Figura 13 - Para preencher

- 01) Idiomas que integram o vasto conjunto das línguas indo-europeias que se originaram da evolução do latim, principalmente do latim vulgar, falado pelas classes mais populares.
- 02) Considerada a última flor do Lácio.
- 03) Tem como objetivo os estudos da origem e evolução de um idioma.
- 04) Língua que um grupo multilíngue de pessoas intencionalmente adota ou desenvolve para que todos consigam sistematicamente comunicar-se uns com os outros.
- 05) Ciência que estuda a linguagem verbal humana.
- 06) Qualquer linguagem desenvolvida naturalmente pelo ser humano, de forma não premeditada, como resultado da facilidade inata para a linguagem possuída pelo intelecto humano.
- 07) Estudo e descrição da história.
- 08) Ramo da linguística que estuda a natureza física da produção e da percepção dos sons da fala humana.
- 09) Parte da gramática que estuda as palavras enquanto elementos de uma frase.
- 10) Estudo da estrutura, da formação e da classificação das palavras.
- 11) Acervo de palavras de um determinado idioma.

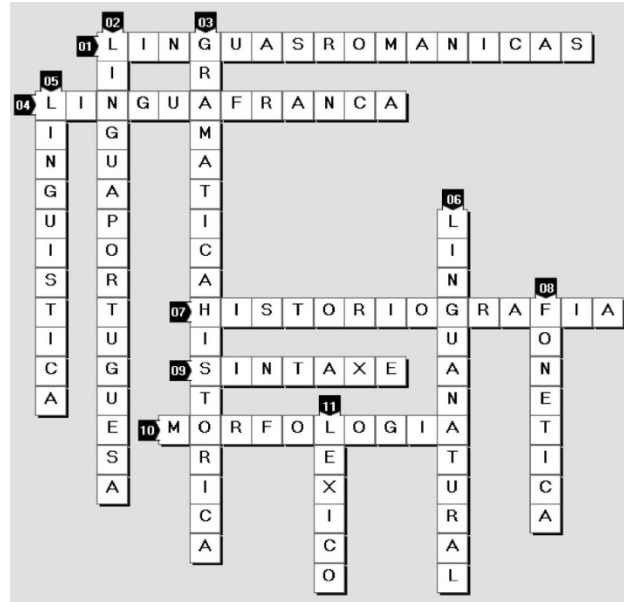


Figura 14 - Preenchida

11.2.2 Invasão Islâmica

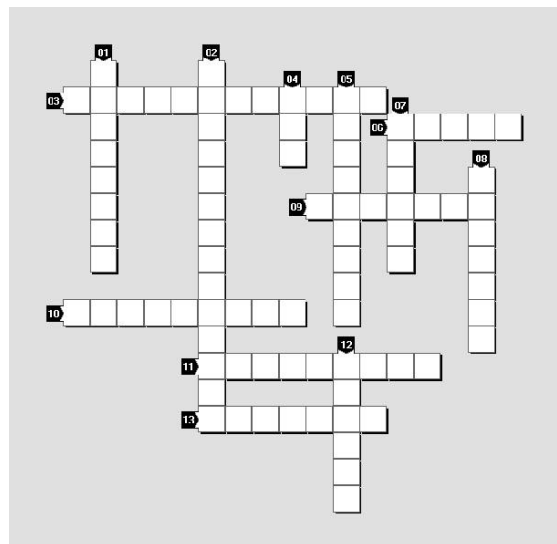


Figura 15 - Para preencher

- 01) Conjunto de povos do norte de África que falam línguas berberes, da família de línguas afro-asiáticas.
- 02) Segundo dos quatro principais califados islâmicos estabelecidos após a morte de Maomé.
- 03) Invadiu a Península Ibérica em 711.
- 04) Palavra utilizada no árabe para designar deus.

05) Religião abraâmica monoteísta articulada pelo alcorão, um texto considerado pelos seus seguidores como a palavra literal de deus e pelos ensinamentos e exemplos normativos de Maomé, considerado pelos fiéis como o último profeta de Deus.

06) Líder religioso e político árabe, segundo a religião islâmica, é o mais recente e último profeta do deus de Abraão. Líder religioso e político árabe, segundo a religião islâmica, é o mais recente e último profeta do deus de Abraão.

07) Povos oriundos do norte de África, praticantes do islão, nomeadamente Marrocos, Argélia, Mauritânia e Saara Ocidental, invasores da região da Península Ibérica, Sicília, Malta e parte da França, durante a Idade Média.

08) último rei dos visigodos da Hispânia.

09) Território administrado por um emir, mas pode significar também outros tipos de territórios.

10) Indivíduo que adere ao islão, uma religião monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos de Maomé, que recebeu revelações do Arcanjo Gabriel.

11) Nome dado à península ibérica pelos seus conquistadores islâmicos do século VIII, tendo o nome sido utilizado para se referir à península independentemente do território politicamente controlado pelas forças islâmicas.

12) Integrantes de um povo heterogêneo que habita principalmente o oriente médio e a África setentrional, originário da península arábica constituída por regiões desérticas e clima subtropical mediterrâneo no litoral.

13) Livro sagrado do islã.

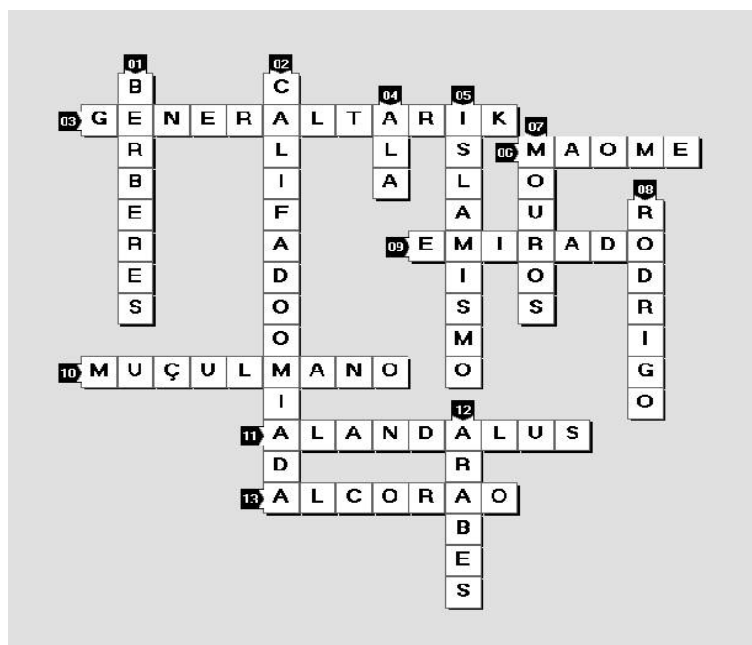


Figura 16 – Preenchida

11.2.3 Latim clássico e vulgar

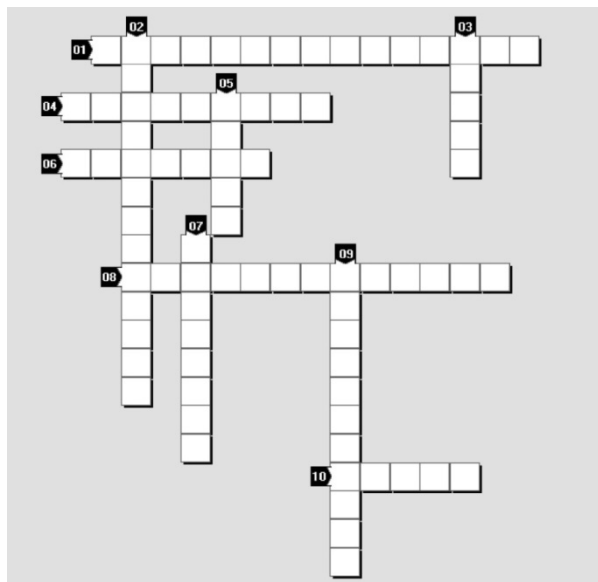


Figura 17 - Para preencher

- 01) Modalidades de latim.
- 02) Seu uso perdurou por toda a chamada era de ouro da literatura latina.
- 03) Fenômeno de linguagem especial usado em uma classe ou até em uma profissão, para indicar outras palavras formais da língua.
- 04) Forma de estratificação social com camadas mais fechadas do que classes sociais, e mais abertas do que as castas.
- 05) Pequeno grupo dominante dentro de uma determinada sociedade.
- 06) Cidade do império romano situada a 22 km da cidade de Nápoles, na Itália, soterrada pelas cinzas do vulcão Vesúvio no ano de 79 d.c.
- 07) Inscrições parietais encontradas nas ruínas de Pompéia.
- 08) Conjunto das variantes da língua latina falada pelas diversas camadas da população do império romano.
- 09) Termo tradicionalmente usado para se referir ao latim falado pelo povo, que mostra um conjunto de inovações gramaticais que não seguem as normas do latim literário.
- 10) Língua indo-europeia, do ramo ocidental dessa família, falada pelos habitantes do Lácio e pelos antigos romanos, documentada desde o século VII a.c.

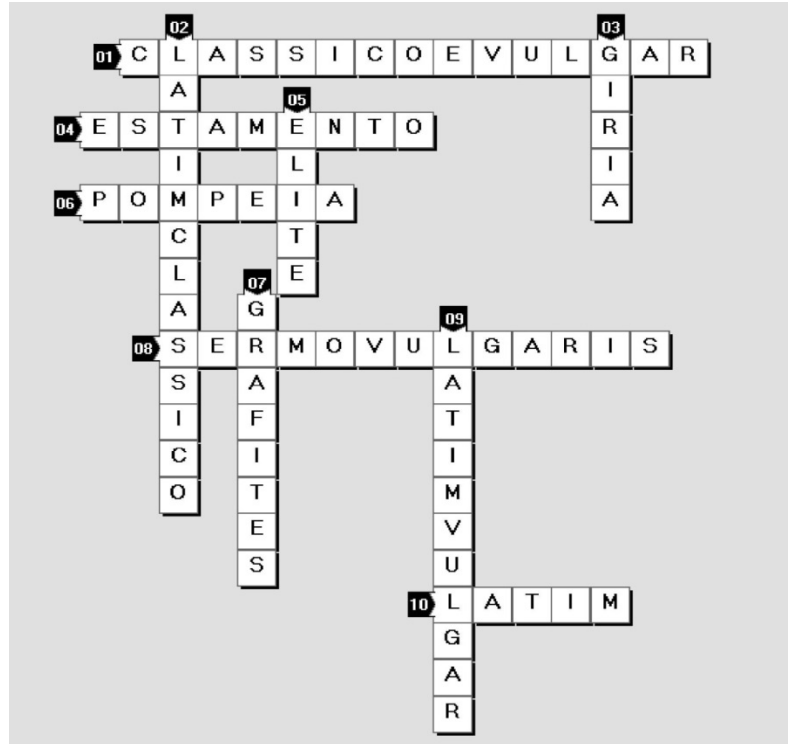


Figura 18 - Preenchida

11.2.4 Nascimento do reino de Portugal

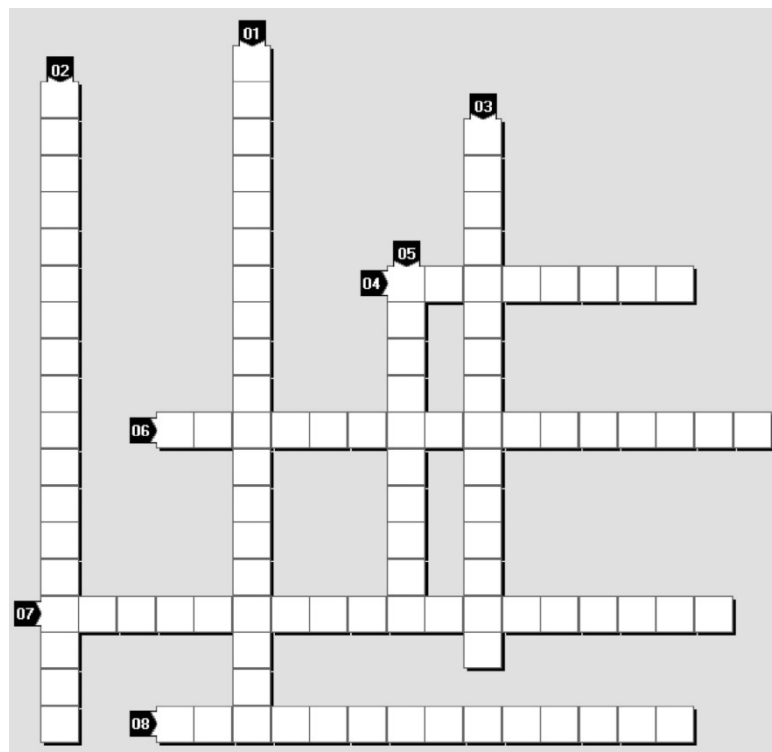


Figura 19 - Para preencher

- 01) Parcela de terra que ia do rio Minho ao rio Douro e surge como condado ao longo do processo de reconquista da Península Ibérica pelos cristãos.
- 02) Batalha travada a 24 de junho de 1128, entre D. Afonso Henriques e as tropas dos barões portugalenses contra as tropas do conde galego Fernão Peres de Trava, que se tentava apoderar do governo do condado portugalense.
- 03) Diploma resultante da conferência de paz entre D. Afonso Henriques e seu primo, Afonso VII de Leão e Castela.
- 04) Nacionalidade de D. Henrique e D. Raimundo.
- 05) Fidalgo galego amante de d. tereza o qual foi por ela nomeado governador do distrito do porto.
- 06) Ocorrida em 1139, reveste-se da maior importância para a independência e afirmação de Portugal como nação independente.
- 07) Bula através da qual o papa alexandre iii reconhece a existência do reino de Portugal como país independente e vassalo da santa igreja católica apostólica romana.
- 08) Afonso de Borgonha.

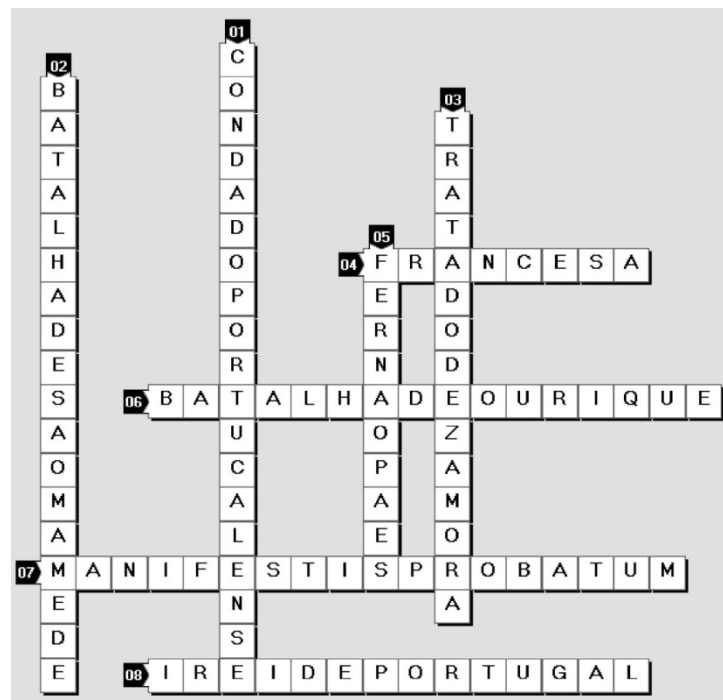


Figura 20 - Preenchida

11.2.5 Organização Política da Península

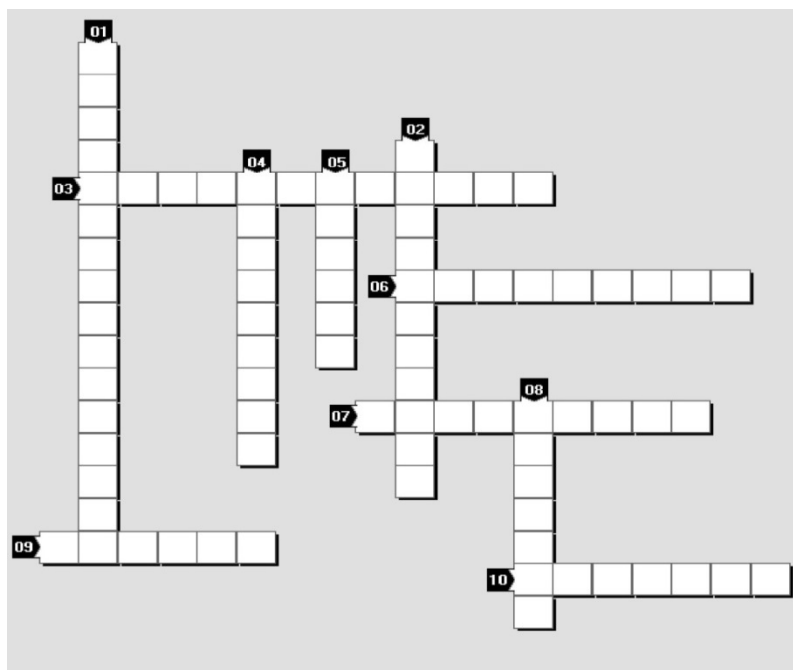


Figura 21 - Para preencher

- 01)** Foi dividida em duas províncias distintas: a Bética, cuja capital era Córdoba e a Lusitânia, tendo Mérida por capital.
- 02)** Promoveu a última divisão administrativa feita pelos romanos na Península Ibérica.
- 03)** Conjunto de bens imóveis pertencentes ao estado romano, constantemente aumentados devido aos confiscos de terras aos vencidos, sobretudo depois da segunda Guerra Púnica.
- 04)** Na república romana e depois no império romano, território fora da Península Itálica que tinha uma organização regular e estava sob administração romana.
- 05)** Província romana localizada na parte sul da Península Ibérica, muito fértil e exportadora de vinho, azeite e um molho fermentado de peixe conhecido como garum.
- 06)** Nome atribuído na antiguidade ao território oeste da Península Ibérica onde viviam os povos lusitanos desde o neolítico.
- 07)** Nome da região localizada no noroeste da antiga Hispânia território que corresponde aproximadamente ao da moderna região do norte de Portugal e da Galiza, Astúrias e Leão na Espanha.
- 08)** Dividiu a Hispânia ulterior em duas novas províncias e mudou o nome da Hispânia Citerior.
- 09)** Magistrado na antiga Roma encarregado da administração da justiça e, algumas vezes, do governo de uma província.

10) Antiga cidade romana que durante o império romano foi uma das principais cidades da Hispânia e capital da província romana Hispania Citerior ou Hispania Tarraconens.

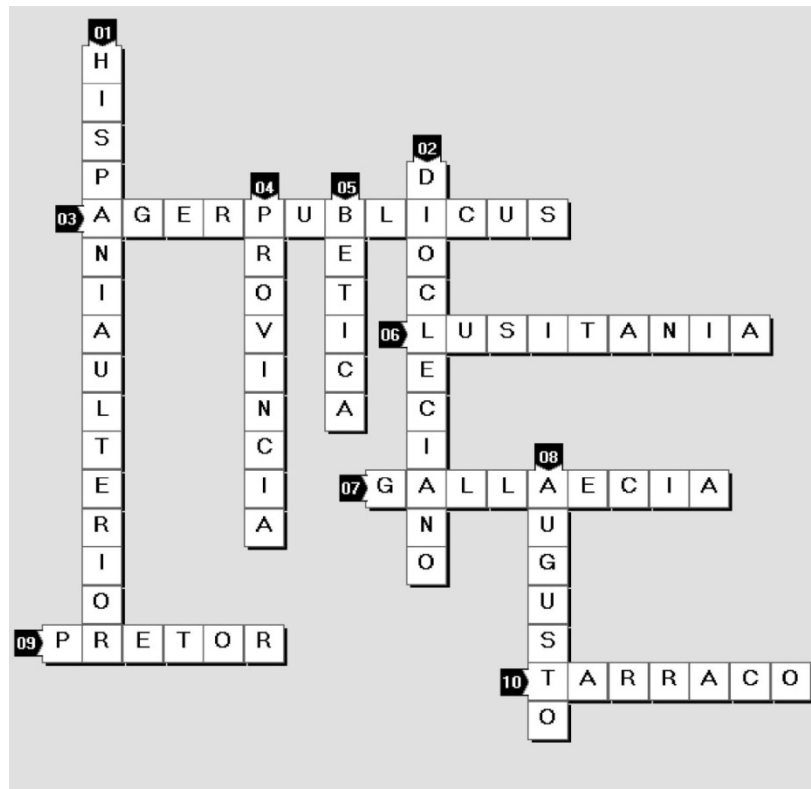


Figura 22 - Preenchida

11.2.6 Primórdios da Língua Portuguesa

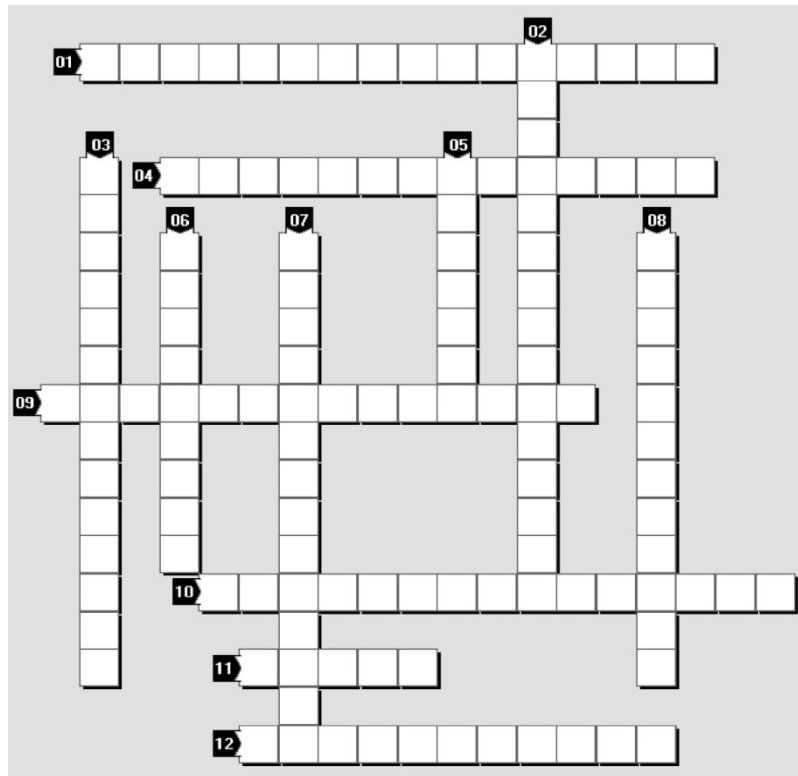


Figura 23 - Para preencher

- 01)** Cognominado O Gordo, O Crasso ou O Gafo, em virtude da doença que tinha.
- 02)** língua utilizada pelos trovadores.
- 03)** Documento particular, não datado, redigido provavelmente entre os anos 1214 - 1216 d.c.
- 04)** Nelas o homem se refere à sua amada como sendo uma figura idealizada, distante.
- 05)** Tema central nas cantigas de amigo.
- 06)** Estudam a linguagem em fontes históricas escritas, basicamente algo entre a linguística, história e os estudos literários.
- 07)** Composição breve e singela posta na voz de uma mulher apaixonada.
- 08)** Primeiro movimento literário em língua galego-portuguesa.
- 09)** Fazendo-se aos poucos, com certa progressão de tempo.
- 10)** O mais antigo documento de constituição híbrida, latino-português, que se tem notícia, escrito no ano de 870 dc.
- 11)** Interrupção de continuidade, intervalo, lacuna.
- 12)** Nas cantigas de amor, sofrimento amoroso por não poder atingir o objecto do seu amor.

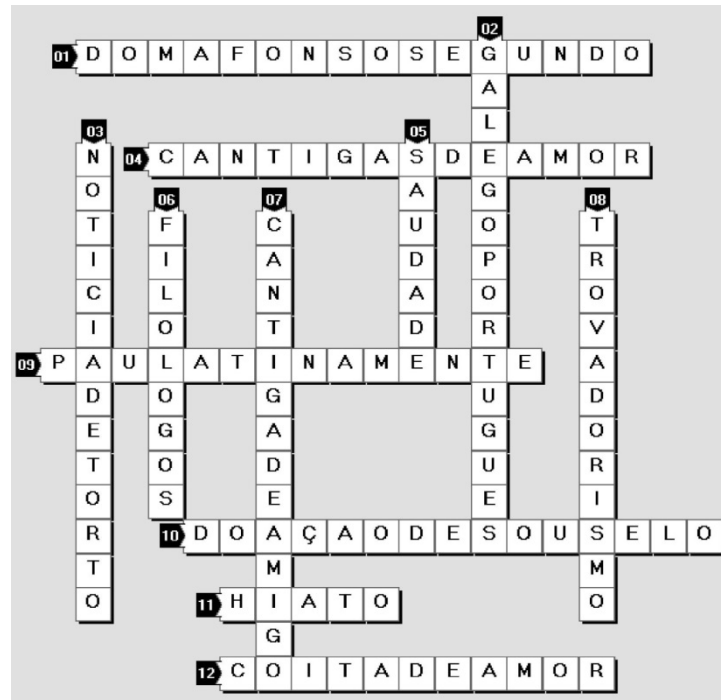


Figura 24 - Preenchida

11.2.7 A Reconquista

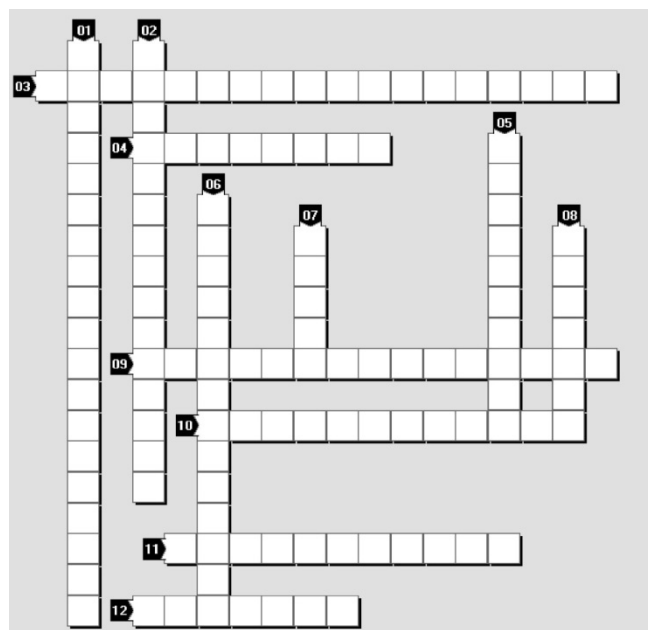


Figura 25 - Para preencher

01) Guerreiros que faziam parte da nobreza.

02) Conhecida simplesmente como "a batalha" nas crónicas da época, foi travada em 16 de

julho de 1212.

- 03)** Primeira grande vitória das forças militares cristãs na Hispânia a seguir à invasão árabe em 711.
- 04)** Primeira região da península ibérica que se libertou do domínio dos mouros quando da invasão por estes da Península Ibérica.
- 05)** Ordem militar de cavalaria que existiu por cerca de dois séculos na idade média, fundada no rescaldo da primeira cruzada de 1096, com o propósito original de proteger os cristãos que voltaram a fazer sua peregrinação a Jerusalém após sua conquista.
- 06)** Um dos antigos reinos da Península Ibérica formados durante a reconquista.
- 07)** Eternizado como herói cristão, o cavaleiro medieval que também lutou pelos muçulmanos.
- 08)** Líder da resistência cristã, que arrebatou uma importante vitória ao derrotar o exército árabe-berbere na Garganta Rochosa junto da montanha da virgem.
- 09)** Ordem religiosa-militar de origem castelhano-leonesa, atualmente ibérica instituída por afonso viii de castela e aprovada pelo papa alexandre iii, mediante uma bula outorgada em 5 de julho de 1175 .
- 10)** Religião abraâmica monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré.
- 11)** Designação historiográfica para o movimento ibérico cristão com início no século VIII que visava à recuperação dos ibéricos cristãos das terras perdidas para os invasores árabes durante a invasão mulçumana da Península Ibérica.
- 12)** Último bastião do domínio mouro na Espanha.

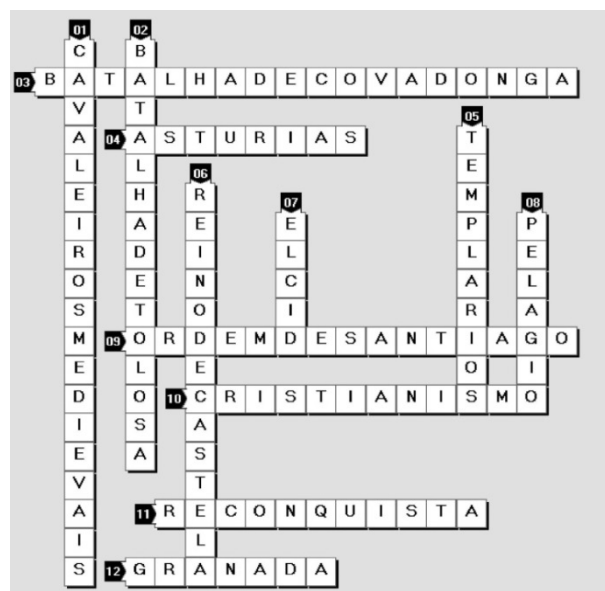


Figura 26 - Preenchida

11.2.8 Reinos Bárbaros

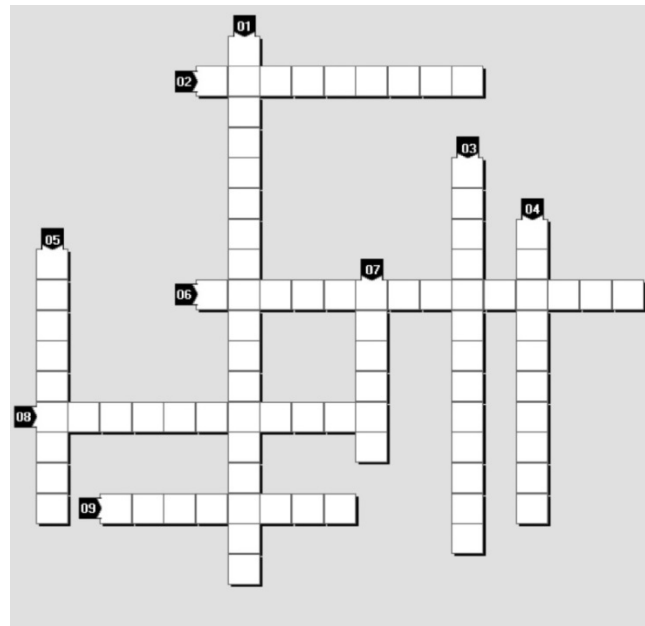


Figura 27 - Para preencher

- 01)** Ocorreu em 476 d.c., com a tomada de roma pelos hérulos.
- 02)** Relação dos povos germânicos na participação da administração romana.
- 03)** Período pós-republicano da antiga civilização romana, caracterizado por uma forma de governo autocrática liderada por um imperador.
- 04)** Conjunto das mudanças resultantes do contato,de dois ou mais grupos de indivíduos, representante de culturas diferentes, quando postos em contato direto e contínuo.
- 05)** Período de aproximadamente dez séculos, indo do século V ao século XV.
- 06)** Um dos dois ramos em que se dividiram os godos, povo germânico originário do leste europeu que invadiram o império romano do ocidente nos séculos IV e V.
- 07)** Povo de origem germânica que ocupava a região entre o rio Elba e Oder.
- 08)** Denominação que os romanos davam áqueles que viviam fora das fronteiras do império e não falavam o latim.

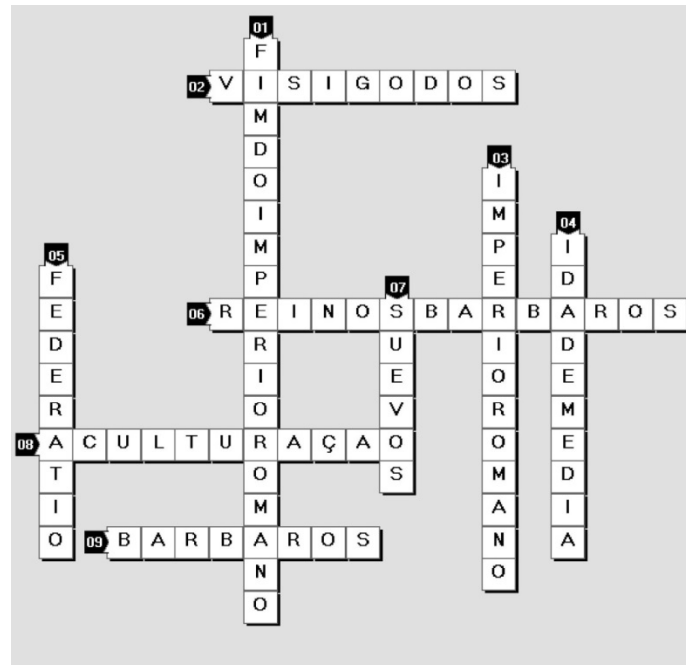


Figura 28 - Preenchida

11.2.9 O batismo da língua portuguesa

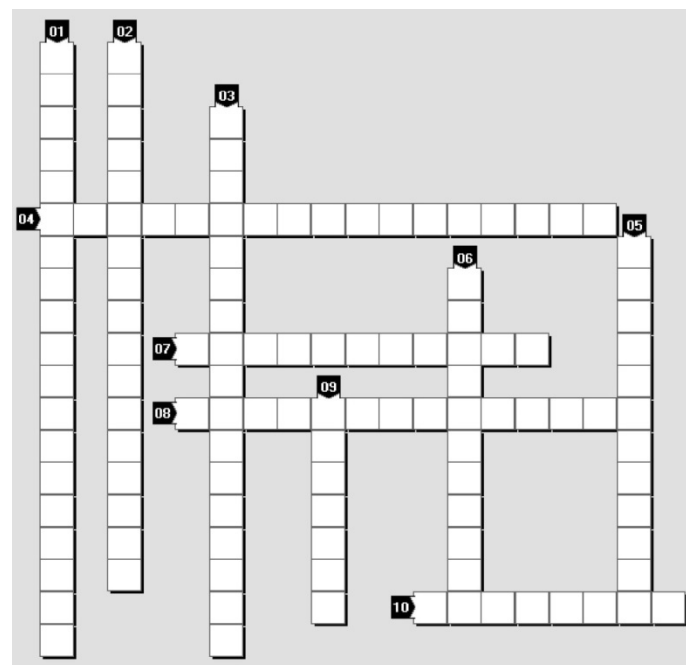


Figura 29 - Para preencher

- 01) Grande polo irradiador do latim medieval peninsular na modalidade litúrgica.
- 02) Serviu de base para as principais fontes do direito por muitos séculos.
- 03) Procedimento administrativo empregado nos primeiros tempos da monarquia portuguesa.

- 04) Cognominado O Gordo, O Crasso ou O Gafo, em virtude da doença que o tinha.
- 05) Território que abrange o que hoje conhecemos como a Galiza, o norte de Portugal e uma parte das Astúrias.
- 06) Os detentores da língua vernácula durante o reinado de Afonso II.
- 07) O Sábio, conhecido por seus dotes trovadorescos.
- 08) Sexto rei de Portugal, filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela.
- 09) Apóstolo dos suevos.
- 10) Comandou a reforma do calendário romano.

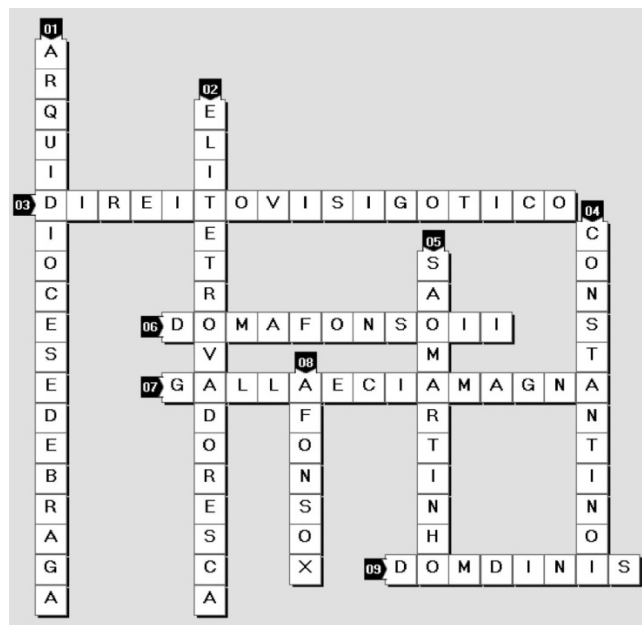


Figura 30 - Preenchida